

31/01/2019

Grande Imprensa

FOLHA DE S. PAULO - SP

[TV pública para surdos exclui vídeos sobre esquerda e filósofos](#)

O ESTADO DE S. PAULO - SP

[Maniqueísmo ideológico no ambiente acadêmico](#)

[Defensora de ensino em casa ganha cargo no MEC](#)

[Ainda há vagas](#)

[Mudança de ares](#)

[EaD: a modalidade que veio para ficar](#)

[Como fazer a faculdade caber no bolso](#)

[Passo a passo para conseguir crédito](#)

[O caminho para pagar a longo prazo](#)

[Financiamento privado cresce e se torna opção viável](#)

[Programas de crédito também são alternativa](#)

[Como conciliar trabalho e ensino superior](#)

O GLOBO - RJ

[Dilma e Temer foram contra ensino domiciliar](#)

VALOR ECONÔMICO - SP

[ESPM abre campus de educação executiva](#)

Imprensa Estadual

MEIO NORTE - PI

[Inscrições para curso encerram hoje](#)

A CRÍTICA - AM

[ProUni oferta 4,4 mil bolsas](#)

ESTADO DE MINAS - MG

[Impor limites aos filhos é a regra básica da educação](#)

EXTRA - RJ

[Alunos de outros bairros procuram unidade](#)

FOLHA DE BOA VISTA - RR

[Universidade para Todos tem mais de 300 bolsas para Roraima](#)

JORNAL DO COMÉRCIO - RS

[Novo projeto quer tornar Matemática atrativa na escola](#)

Agências de notícias e sites

AGÊNCIA ESTADO

[Maniqueísmo ideológico no ambiente acadêmico](#)

AGÊNCIA FOLHA

[Sem diploma, Damares já se apresentou como mestre em educação e direito](#)

AGÊNCIA VALOR

[Vélez: Do ponto de vista da capacidade, universidade não é para todos](#)

G1

[ProUni abre inscrições para 14.602 bolsas de estudo no Maranhão](#)

UOL - ÚLTIMAS NOTÍCIAS

[As doenças negligenciadas pela indústria farmacêutica que afetam milhões de pessoas no mundo e no Brasil](#)

[Sisu : aluno tem até 4 de fevereiro para comparecer à instituição](#)

[Defensora do ensino domiciliar é nomeada para coordenação no MEC](#)

Agências de notícias e sites

24 HORAS

CLIPPING



[ESCOLAS DO SENAI SE DESTACAM ENTRE OS PAÍSES EM DESENVOLVIMENTO, AVALIA ESPECIALISTA](#)

AGÊNCIA 14

[Parceria permite que alunos de São Manuel participem de curso de férias](#)

CENÁRIO MT

[Escolas do SENAI se destacam entre os países em desenvolvimento, avalia especialista](#)

DIÁRIO DO PODER

[Pesquisa com achados inéditos sobre praga dos coqueirais é publicada na Scientific Reports](#)

JORNAL DO SUDESTE

[Escolas do SENAI se destacam entre os países em desenvolvimento, avalia especialista](#)

SEGS - PORTAL NACIONAL

[Abertas as inscrições para seleção do Mestrado Profissional em Engenharia de Software](#)

TUDO OK

[Automação e robótica ajudam pessoas com deficiência motora](#)

AGÊNCIA GLOBO

[Governos Dilma e Temer se manifestaram contra ensino domiciliar](#)

G1

[UFPA abre inscrições para mestrado em Engenharia de Barragens e Gestão Ambiental, em Tucuruí](#)

Imprensa Estadual

TRIBUNA DO NORTE - RN

[Educação](#)

DIÁRIO DA AMAZÔNIA - RO

[UNIR anuncia concorrência e total de inscritos](#)

DIÁRIO DO NORDESTE - CE

[MP sobre ensino domiciliar pronta](#)

MEIO NORTE - PI

[Educação Física foi o curso mais concorrido na Uespi](#)

[Edital de transferência traz 1.398 vagas](#)

[Escolas públicas aprovam cerca de 8 mil alunos em universidades pelo País](#)

Agências de notícias e sites

A UNIÃO - PB

[Paraibanos conquistam etapa regional do Prêmio Professores do Brasil](#)

O PROGRESSO - MA

[Ensino a Distância da UFMA chega a mais de 20 municípios maranhenses](#)

O VALE - SP

[Professor e pesquisador do ITA assume o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico](#)

G1

[Governo anuncia pagamento de parte dos salários atrasados dos servidores da Educação de Goiás](#)

FOLHA DE S. PAULO - SP - PODER

TV pública para surdos exclui vídeos sobre esquerda e filósofos

Sindicância vai avaliar retirada de peças do site; MEC nega que tenha dado ordem Brasília

Há pouco mais de duas semanas, uma lista de “programas proibidos” começou a circular entre os funcionários da TV Ines. Mantido com dinheiro do governo federal, o

canal na internet exibe programas para a população surda.

Leia a matéria na íntegra acessando o link:

<https://www1.folha.uol.com.br/poder/2019/01/tv-publica-para-surdos-exclui-ideos-sobre-esquerda-e-filosofos.shtml>

topo ↕

O ESTADO DE S. PAULO - SP - ESPAÇO ABERTO

Maniqueísmo ideológico no ambiente acadêmico

DOUTOR EM ECONOMIA (UNICAMP). FOI PROFESSOR VISITANTE NAS UNIVERSIDADES DE AARHUS (DINAMARCA) E BOLONHA (ITÁLIA) E PRÊMIO JABUTI EM 1997

O tema ideologia e intolerância no ambiente universitário tem merecido atenção da imprensa brasileira. Em menos de um ano foi foco em cinco edições do jornal O Estado de S. Paulo. Na página A2, por educadores com visões divergentes: em 22/4/2018 e 3/5/2018, pelos professores Carlos Maurício Ardisson e Roberto Macedo, respectivamente, e em 31/10/2018 pela professora Maria Paula Dallari Bucci. E em mais duas ocasiões na página A3, a de Notas & Informações: em 29/4/2018, no editorial A academia dominada e em 4/10/2018, sob o título O papel da universidade. O argumento central de todos esses textos opinativos era a defesa da liberdade e da autonomia da universidade de promover debates e cursos, mas que estes contemplassem visões divergentes.

Não obstante essa percepção comum, provavelmente compartilhada por dirigentes universitários, ela não foi considerada por um grupo de instituições de ensino superior quando da oferta de disciplinas no primeiro semestre de 2018. Só assim se poderiam explicar os vários cursos que tinham como tema “O golpe de 2016 e o futuro da democracia”, aprovados pelos colegiados acadêmicos em 13 universidades federais – UNB, UFRJ, UFBA, UFSM, UFRGS, UFam, UFSJ, UFJF, UFSC, UFop, UFU, UFC e UFRN –, em duas universidades estaduais paulistas, Unicamp e USP, algumas estaduais de outras unidades da Federação e poucas Pontifícias Universidades Católicas. Em nenhuma delas foram, concomitantemente, oferecidos cursos com visão divergente.

Pode-se supor que professores com concepções diferentes não tenham tido coragem de propor disciplinas alternativas. Mas parece mais plausível que, receando as reações das corporações e a ruptura de um pacto político que os levou à condição de dirigentes, reitores, pró-reitores e diretores não tenham estimulado a oferta de cursos que mostrassem a legalidade do impeachment. Essa conduta se alinhava com anteriores que fizeram “vista grossa” a manifestações de intolerância nos câmpus universitários. As hostilidades contra o senador Cristovam Buarque, impedido de lançar seu livro *Mediterrâneos Invisíveis* no câmpus da UFMG durante a reunião da SBPC de 2017, e a não permissão para a exibição de filme baseado na obra de Olavo de Carvalho pela administração universitária da UFBA, em novembro do mesmo ano, repetindo o que ocorrera um mês antes na UFPE, são exemplos de como nas universidades se dá a cumplicidade entre dirigentes das instituições e lideranças corporativas visando a bloquear a difusão de ideias discordantes de suas visões.

Anteriormente, em outra universidade federal localizada na Bahia, a UFRB, houve impedimento físico de palestras do geógrafo e sociólogo Demétrio Magnoli e do filósofo Luiz Felipe Pondé, por serem contrários às cotas raciais. Em todos esses casos

não houve diálogo nem possibilidade de negociação.

A intolerância existente na universidade brasileira não tem precedente na História. No seu nascimento, em 1287, na cidade de Bolonha, a universidade herdou dos colégios medievais, como aqueles em que ensinou Pedro Abelardo, uma atmosfera cultural que contemplava debates, com direito a réplicas, tréplicas, etc. Nessa atmosfera os debates, então denominados disputatio quod libet, eram agendados e, neles, diferentes doxas (opiniões) eram defendidas sem assumirem a presunção de dogma. Apesar da interferência e do controle da Igreja Católica, vinculando a permissão para funcionar (bula papal) ao direito de emitir diplomas de professores (licentia docendi), a universidade medieval não impedia debates.

Antes mesmo da revolução científica, entendia-se que as controvérsias eram necessárias à incorporação de conhecimentos novos. Posteriormente, com a Reforma luterana e o Concílio de Trento, o argumento de autoridade impôs dogmas, limitando debates nas universidades escolásticas sob influência do catolicismo. Entretanto, a Reforma Protestante, diferentemente do que dizia Erasmo de Roterdã – “ubicunque regnat luteranismus, ibi litterarum est interitus” (onde quer que reine o luteranismo, a ciência entra em decadência) –, deu ensejo a outro modelo de universidade, definida como moderna, na qual a liberdade de debater e conviver com dogmas religiosos se impôs. Com a assimilação da pesquisa e da experimentação em seu campo de estudos a partir de meados século 19, sob a influência de pensadores como Schleiermacher, Fichte, Humboldt e Schelling, e após a reforma universitária alemã de 1848, as universidades reformadas passaram a refletir culturas nacionais, acolhendo ideias filosóficas em todos os campos. Essa mudança teve o protagonismo de Justus von Liebig, em Giessen, e é o marco do nascimento da universidade contemporânea. A teoria evolucionista de Darwin, malgrado contrariasse dogmas religiosos, foi debatida em 1860 na Universidade de Oxford, ocasião em que Thomas Huxley afirmou não se sentir envergonhado por ter um ancestral comum com os símios.

No século passado, no Ocidente, com exceção do que ocorreu nas universidades durante os regimes autoritários – nazismo, fascismo e o socialismo na Europa Oriental –, não se tem registro de intolerância ideológica em ambientes acadêmicos, nem mesmo na década de 1960 na França. Em quase 730 anos de existência da universidade, não são relatados fatos semelhantes aos do Brasil de hoje, uma cumplicidade entre dirigentes e movimentos corporativos visando a cancelar um “pensamento único”.

Considerando que é imanente ao papel da universidade estabelecer uma atmosfera de harmonia que contemple visões de mundo divergentes e seja refratária à barbárie, conviria enfatizar que o fomento de controvérsias favoreceria a avaliação das universidades brasileiras nos rankings internacionais, esvaziando o argumento de que elas se converteram em “madrassas” islâmicas, formando mais militantes do que cidadãos.

A intolerância existente hoje na universidade brasileira não tem precedente na História

topo ↕

O ESTADO DE S. PAULO - SP - METRÓPOLE

Defensora de ensino em casa ganha cargo no MEC

Maria Eduarda Manso Mostaço, de 27 anos, foi nomeada coordenadora-geral de formação de professores da recémcriada Secretaria de Alfabetização do Ministério da

Educação (MEC). Formada em Direito, ela é defensora da regulamentação do ensino domiciliar, meta prioritária do governo de Jair Bolsonaro para os primeiros 100 dias de gestão.

topo ↕

O ESTADO DE S. PAULO - SP - ESPECIAL

Ainda há vagas

Não conseguiu passar no vestibular em 2018? É possível encontrar uma nova oportunidade e entrar na faculdade neste início de ano

Por muito tempo, o único caminho para conseguir uma vaga no ensino superior era se inscrever em vestibulares realizados uma única vez ao ano e quase sempre concentrados no segundo semestre, o que exigia certo malabarismo para equilibrar as datas das provas e controlar a ansiedade. Contudo, recentemente as faculdades passaram a diversificar as datas e também os mecanismos de seleção, realizando seus processos seletivos em diferentes datas. Esse fluxo beneficia principalmente quem não tem como se planejar com um semestre de antecedência para entrar na faculdade e ainda aqueles que decidem começar o ano dando início à meta de estudar.

De acordo com um levantamento do Semesp, organização que representa parte das instituições privadas de ensino superior em São Paulo, das mais de 9 milhões de vagas ofertadas em cursos universitários de todo o Brasil, cerca de 2,7 milhões não são preenchidas. “Essas, chamadas de vagas remanescentes, são de cursos que não tiveram o número suficiente de aprovados ou que vão surgindo ao longo dos meses por desistência”, explica Rodrigo Capelato, diretor executivo do Semesp.

As universidades, tanto públicas quanto privadas, ofertam essas oportunidades de diferentes maneiras, sendo que o método mais comum são as listas de espera. Nesse sistema, quem fez o vestibular e não foi chamado na primeira turma espera um prazo para ver se alguma cadeira do curso não é preenchida. “Faculdades de direito, veterinária e na área de saúde, em geral, são mais procuradas, portanto as listas de espera costumam ter poucas vagas. Já nos cursos de administração, comunicação, licenciaturas e engenharia, a chance de ser chamado em algum momento pode ser maior”, afirma Capelato.

Há vestibulares que trabalham também com a nova opção de curso. Nos processos seletivos organizados pela Nucvest, por exemplo, que aplica as provas da PUC-SP e da Faculdade de Direito de São Bernardo do Campo, o candidato que não passar na primeira chamada pode concorrer a vagas remanescentes em cursos diferentes do que ele escolheu inicialmente. Ao contrário de outros vestibulares para vagas não preenchidas, essa opção só é válida para quem já está participando do processo seletivo e não conseguiu vaga na primeira opção selecionada.

Porém, essas não são as únicas chances. A partir de fevereiro, as universidades privadas concluem as chamadas de alunos em lista de espera e começam a oferecer as vagas remanescentes para novos candidatos, incluindo quem não fez nenhum vestibular antes. Com isso, as opções se abrem, sendo possível fazer a prova tradicional em uma sala com outros candidatos ou até marcar uma data específica para a prova de acordo com a agenda do candidato. O interessante para quem está procurando estudar, segundo Capelato, é que “a abertura de novas turmas e de novos processos de seleção pode ser uma boa oportunidade para quem busca maior desconto na mensalidade”.

Das mais de 9 milhões de vagas ofertadas em cursos universitários, cerca de 2,7 milhões não são preenchidas

topo ↕

O ESTADO DE S. PAULO - SP - ESPECIAL

Mudança de ares

Quem está começando essa busca deve ficar atento às regras dos editais, alerta Marcelo Pavani, diretor do curso pré-vestibular Oficina do Estudante. Isso porque muitas vezes o que é anunciado como vaga remanescente é, na verdade, um tipo de processo de transferência entre cursos – e acontece especialmente nas universidades públicas. “Por exemplo, quando a Fuvest ou a Unicamp anunciam um edital de vagas remanescentes, é preciso prestar atenção para o fato de que só poderá concorrer quem já é universitário.”

Ou seja, apenas as pessoas que já estão cursando o ensino superior poderão se candidatar, e o processo geralmente inclui uma prova e uma análise de currículo para adequar o que o aluno já estudou à grade curricular de seu novo curso.

Embora essas opções sejam mais restritas, elas podem ajudar quem não está contente com o que ou onde está estudando. A vantagem é que a migração pode ser feita entre instituições públicas e privadas e também de um curso para o outro, abrindo um novo leque de oportunidades.

Onde buscar uma nova chance

Lista de espera

São vagas que ficam disponíveis para quem participou de um processo seletivo desde o começo, mas não passou na primeira turma. De acordo com a pontuação obtida na prova, a pessoa poderá esperar para ser chamada na segunda, na terceira ou às vezes até na quinta lista de selecionados.

Vestibular fora de época

Costuma ser realizado a partir de fevereiro, e em algumas universidades acontece ao longo do semestre. Nesse caso, é preciso escolher uma instituição, ficar atento às novas datas e se inscrever na prova para aproveitar a oportunidade.

Vestibular agendado

É indicado para quem não consegue participar da prova na data anunciada pela universidade. Basta o aluno buscar a faculdade de seu interesse e se cadastrar para fazer o teste na melhor data. Diferentemente do vestibular comum, na versão agendada o candidato possivelmente fará a prova sozinho ou em pequenos grupos.

Transferência de curso

Quem já é universitário, mas não está contente com o curso atual, pode aproveitar a movimentação nas universidades e tentar uma vaga remanescente. É possível migrar tanto de curso quanto de universidade, e o interessante é que a mudança pode ser feita entre instituições públicas e privadas.

topo ↕

O ESTADO DE S. PAULO - SP - ESPECIAL

EaD: a modalidade que veio para ficar

Com a ampliação de oportunidades para estudar à distância, cada vez mais pessoas procuram a modalidade para obter um diploma

Em 2002, apenas 1% dos universitários brasileiros faziam faculdade por meio do ensino à distância (EaD). A maioria não conhecia bem a metodologia, e a baixa qualidade da internet não colaborava na popularização dos cursos. Apenas dez anos depois, esse cenário mudou. Hoje, os estudantes de EaD representam 21% das matrículas no ensino superior, e o futuro parece promissor para quem deseja estudar com mais flexibilidade e menos gastos. “O EaD não é mais novidade. É uma realidade e é a modalidade que mais cresce no mercado. As estatísticas dizem que entre 2020 e 2022 teremos uma quantidade maior de alunos no ensino à distância do que no ensino presencial no País”, afirma o consultor educacional Eduardo Samek.

O perfil do estudante também vem mudando com os anos. Os adeptos do EaD eram pessoas mais velhas que optavam por esse caminho porque geralmente não podiam pagar pelos estudos na versão presencial. Com o tempo, ele foi se popularizando entre os mais jovens – atualmente, a maior parte dos alunos do EaD tem entre 19 e 40 anos de idade. A metodologia de ensino também passou a ser mais reconhecida pelas empresas e ganhou principalmente quem já está no mercado de trabalho, tanto no nível da graduação quanto da pós-graduação.

No Brasil, mais de 1,7 milhão de pessoas optaram pelo EaD e estudam com maior flexibilidade e com custos bem mais baixos do que os praticados pelas faculdades presenciais, sendo esse ainda um dos principais destaques da modalidade. Para se ter uma ideia, um curso EaD custa em média R\$ 295. Já no formato presencial, o valor médio é R\$ 1.000.

MUDANÇAS NAS REGRAS

Uma alteração na legislação feita pelo Ministério da Educação no final de 2018 mudou as regras do ensino presencial e à distância, diversificando ainda mais a maneira de estudar dos universitários. A partir de 2019, os cursos de graduação à distância devem oferecer apenas 30% das aulas de modo presencial. “O ideal é que os cursos ofereçam atividades práticas, em grupo e em laboratório nos encontros presenciais, e deixem as aulas das disciplinas teóricas para o EaD”, explica Samek, que oferece ensino à distância em sua instituição Unialphaville e também faz consultoria em EaD para universidades como a São Camilo. Nos cursos de pós-graduação à distância, a obrigatoriedade de parte das aulas ser em um polo foi eliminada. Já na modalidade presencial, a mudança na lei ampliou de 20% para 40% a carga horária que pode ser ofertada à distância, salvo em cursos de engenharias e saúde, que continuam com a mesma carga horária anterior. “Acredito que, daqui a poucos anos, não vai mais existir essa diferenciação. Os cursos estão caminhando para equilibrar cada vez mais os dois formatos”, completa Samek.

21% dos universitários brasileiros estudam à distância

40% das aulas em cursos presenciais podem ser oferecidas na modalidade EaD

Tecnologia a favor da educação

Quando começou a ficar conhecido, o EaD tinha como maior promessa tecnológica o

ensino interativo e adaptativo, que poderia focar no aluno de acordo com suas necessidades e no seu tempo. Mas essas inovações já se tornaram realidade, e, em tempos de Black Mirror, o que o futuro apresenta é ainda mais interessante.

Mais internet, mais qualidade

A expectativa de melhores satélites de internet, que poderão ofertar qualidade 5G, também chegou ao campo da educação. Hoje, embora já mais difundida, a conexão em alta velocidade ainda não chega em lugares remotos. Com a melhora nesse setor, mais pessoas terão acesso ao EaD e suas possibilidades.

Reconhecimento facial

A biometria facial, recurso que permite observar os alunos durante as aulas e as provas, é outra aposta do setor. Muitas universidades nacionais e internacionais já utilizam a tecnologia, que consiste basicamente em observar o estudante durante as atividades de prova e aulas. Segundo Samek, o objetivo é tornar as aulas mais atraentes.

Material didático em múltiplas linguagens

Se você acha que é de apostilas e livros digitalizados que o EaD é feito, melhor se atualizar. Embora o currículo deva ser igual ao do curso presencial, os recursos são variados. Vídeos, podcasts, jogos, plataformas responsivas, realidade virtual e aumentada são alguns dos atrativos.

topo ↕

O ESTADO DE S. PAULO - SP - ESPECIAL

Como fazer a faculdade caber no bolso

Seja público ou privado, o crédito universitário é opção para quem deseja fazer uma faculdade paga e não tem condições de arcar com os custos

Fazer um curso superior exige preparo financeiro. Os gastos são elevados para pagar as despesas de mensalidades, material didático, alimentação e transporte. Embora buscar uma bolsa de estudos seja a primeira opção para a maioria dos candidatos, nem sempre a pontuação no vestibular é suficiente para um desconto total no valor do curso. Porém, se antes isso seria considerado o fim do sonho do diploma, o aumento de opções de financiamento universitário nos últimos cinco anos vem ajudando quem não tem recursos para dar o primeiro passo para uma carreira.

Segundo Paulo Presse, coordenador da área de estudos de mercado da consultoria Hoper, no início desta década as opções de financiamento universitário eram mais restritas, e o grande destaque era, até então, o Fundo de Financiamento Estudantil (Fies), do governo federal. Contudo, após mudanças nas regras desse programa, outras opções passaram a surgir no cenário. “Há instituições de ensino que fazem seu próprio parcelamento universitário, além dos bancos, que também passaram a oferecer crédito com foco nos estudos, como Bradesco, Santander, Itaú, Banco do Brasil e Caixa, por exemplo”, explica.

CRESCIMENTO DE VAGAS NO MERCADO DE TRABALHO

De acordo com o consultor, mesmo que parte da renda fique comprometida por um certo tempo em razão do financiamento, o aumento de salário que uma pessoa pode ter no Brasil após a graduação é tão positivo que usar esse recurso para pagar o curso compensa. Dados do Mapa do Ensino Superior, levantamento feito pelo Semesp, mostram que a oferta de empregos formais para pessoas com graduação superior no País

creceu cerca de 9% entre 2013 e 2016, enquanto as vagas para pessoas com apenas ensino médio ou fundamental caíram em 8% no mesmo período.

REGRAS BANCÁRIAS

No caso dos bancos, alerta o consultor, o financiamento tem regras semelhantes às de outros tipos de empréstimo e exige os mesmos cuidados. “Há um conjunto de informações que o estudante precisa ter para tomar a decisão de contratar o crédito de um banco. Ele precisa ter cuidado para solicitar uma avaliação de orçamento, ponderar o que ele consegue efetivamente pagar e durante qual período irá se comprometer com isso.”

COM OU SEM BOLSA?

De acordo com dados do Simesp, nas instituições privadas, o custo médio da mensalidade para o ensino superior presencial é de R\$ 1.000. Financiar esse montante nem sempre é possível; por isso, muitas instituições trabalham agregando mais de uma modalidade à forma de pagamento do curso, ou seja, ofertando uma bolsa de estudos parcial e financiando o restante do valor.

“Além das bolsas ofertadas pelas próprias universidades, também existem instituições que oferecem descontos em parceria com vários cursos e que permitem a comparação dos valores de maneira mais simples. Atualmente há mais de dez opções desse tipo, como o Quero Bolsa e o Educa Mais Brasil, para citar algumas das mais conhecidas”, explica Presse. Uma vez que tenha conseguido uma bolsa parcial, o estudante pode recorrer aos bancos ou a outras instituições financeiras para pagar o montante que faltar.

43,7% dos estudantes que entram no ensino superior usam algum tipo de financiamento universitário

topo 

O ESTADO DE S. PAULO - SP - ESPECIAL

Passo a passo para conseguir crédito

Planejamento é a palavra de ordem para quem busca financiamento. Saiba o que fazer e por onde começar

Quanto pagar?

Segundo Paulo Presse, da Hoper, quem deseja estudar precisa fazer primeiro uma análise profunda das finanças pessoais. “É preciso saber quanto do orçamento mensal pode ser dedicado ao pagamento da mensalidade, não apenas no curto prazo, mas durante todo o período que durar o financiamento”, explica.

O que tentar primeiro?

Quem tem nota no Enem deve optar primeiro pelo Sisu (que oferece vagas em universidades públicas) e depois pelo ProUni (que fornece bolsas de estudos em universidades privadas), orienta Presse. O Fies aparece na sequência entre as opções para esse público. Quem não fez Enem pode tentar o financiamento direto na instituição de ensino, em uma instituição privada ou em bancos.

Quando posso tentar?

O ideal é definir o recurso antes mesmo de fazer o vestibular. As instituições de ensino costumam colocar essas informações em destaque em seus sites, mas, se for o caso, marque uma visita presencial. Quem já é estudante e está com dificuldade de pagar o curso também pode buscar esse recurso para pagar o que falta até a graduação.

Em todos os casos, lembre-se sempre de ler atentamente as regras e ter em mãos os documentos pessoais atualizados. Isso irá ajudar a agilizar o andamento das conversas.

Os tipos de financiamento

Fies

A modalidade é a mais conhecida entre os estudantes. Trata-se de um financiamento público ofertado pelo governo federal. É restrito a alguns cursos e tem limite de oferta em cada região.

Crédito da universidade

Algumas instituições de ensino oferecem crédito a seus estudantes e facilitam o parcelamento das mensalidades em mais vezes. Em geral, essa é uma boa opção porque pode ter juros baixos ou até mesmo zero.

Financiamento bancário

Bancos como Santander, Itaú e Bradesco, por exemplo, oferecem crédito com juros especiais para estudantes. Nesse caso, funciona como um empréstimo comum: o banco vai analisar a documentação do estudante e definir a melhor oferta para aquela opção. Segundo Rodrigo Capelato, do Semesp, nessa modalidade nem sempre é possível financiar o valor total da mensalidade.

Instituições privadas

Empresas como o PRAValer, o PEP e a Catho trabalham com ofertas diferenciadas para o crédito estudantil. Nesse caso, ele pode ser solicitado em um grupo de faculdades cadastradas, e o estudante pode ponderar as condições de pagamento no curto e médio prazo, conseguindo atingir juro zero em alguns casos.

topo ↕

O ESTADO DE S. PAULO - SP - ESPECIAL

O caminho para pagar a longo prazo

Mesmo com recuo da oferta de benefícios, Fies ainda é a melhor opção para quem só pode começar a pagar a faculdade depois de se formar

Por um tempo, Nathalia Cristina Pestana Fernandes, 20 anos, achou que a faculdade fosse um sonho distante demais. Quando concluiu o ensino médio na rede pública, a jovem de São Bernardo do Campo, na grande São Paulo, tentou o Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM), mas, sem nota suficiente para uma vaga em universidade pública, a única opção seria a rede privada. Porém, ela estava desempregada, assim como sua mãe, e pagar o valor integral da mensalidade era inviável.

A dificuldade não desanimou a estudante, que decidiu tentar o Fundo de Financiamento

Estudantil (Fies), ofertado pelo governo federal para alunos que, assim como Nathalia, não dispõem de recursos para a faculdade. “Eu me inscrevi em 2017, assim que foi anunciado o calendário de vagas. Após um cadastro, pude ver as notas de corte e as opções de curso. Eu passei para três opções e escolhi o curso de Engenharia de Produção”, conta. Com a oportunidade, ela recebeu o prazo de 15 anos para quitar o valor do curso, que começará a ser pago após sua formatura.

ESCOLHA DA FORMA DE PAGAMENTO

No Fies, quando a escolha do curso é feita, o estudante pode acessar o sistema onde vai definir suas condições de pagamento e o que será pago nos próximos anos. No caso de Nathalia, o valor da parcela inicial saiu

por menos de R\$ 100. No sistema online disponibilizado pelo Ministério da Educação, é preciso decidir se o financiamento será para todo o curso ou apenas parte dele, e também estipular o valor a ser pago em cada parcela. “Para muitos pode ser um contrato longo demais, mas ajuda quem não tem condições de pagar um valor muito alto, e você tem a vantagem de se formar e depois pagar”, diz Nathalia.

Ela é um dos mais de 149 mil estudantes que contrataram em 2017 a modalidade conhecida como “novo Fies” – e que já não é tão novo assim, pois se refere a uma atualização das regras do programa feita em 2015, ano em que a oferta de vagas recuou e ficou mais difícil conseguir esse tipo de recurso. Com a mudança, duas versões do programa passaram a existir: o Fies convencional e o P-Fies, no qual as condições de concessão do financiamento serão definidas entre o agente financeiro operador do crédito (ou seja, um banco), a instituição de ensino e o estudante.

Segundo Paulo Presse, coordenador da área de estudos de mercado da consultoria Hoper, embora as regras tenham mudado, o Fies ainda é uma das principais opções para quem precisa de financiamento no longo prazo. O programa pode ter taxa zero de juros na versão convencional e chegar a até 6,5% de juros ao ano na modalidade P-Fies. Em ambos os casos, é possível financiar até 100% do valor do curso e iniciar o pagamento em até 18 meses após o recebimento do diploma.

CICLO DE MUDANÇAS

O Fies foi lançado em 1999, mas passou a ficar conhecido entre os estudantes em 2010, quando foi reformulado pela primeira vez e passou a ter juros abaixo da inflação. Além disso, nem sempre era necessário ter um fiador, e a oferta de vagas era grande, chegando a atingir um pico de 733 mil ofertas em 2014. Em 2015, porém, as regras do programa mudaram significativamente, e passaram a contemplar um leque menor de opções de cursos e priorizar o acesso a algumas regiões do País.

No primeiro semestre de 2018, data do último levantamento do setor, cerca de 80 mil vagas foram ofertadas pelo Fies, demonstrando o tamanho da redução nessa modalidade. Segundo a regulamentação do Ministério da Educação e de especialistas na área, embora novas mudanças possam ocorrer no futuro, elas não afetam diretamente os alunos antigos do programa, servindo apenas para novos financiamentos.

Prazo para quitar valor do curso pode chegar a 15 anos

topo ↕

O ESTADO DE S. PAULO - SP - ESPECIAL

Financiamento privado cresce e se torna opção viável

Com a redução de financiamentos públicos, novos tipos de crédito feitos por instituições privadas oferecem caminhos alternativos

Quando foi anunciada, em 2014, a redução das vagas com financiamento público por meio do programa Fies assustou muita gente. No entanto, iniciou-se ao mesmo tempo uma nova fase no ensino superior, marcada pelo avanço da oferta de crédito universitário administrado pela iniciativa privada. Beneficiada também pela queda na taxa de juros e pela entrada de novos recursos no setor, essa modalidade de financiamento passou a ser a principal porta de entrada na faculdade para aqueles que não podem pagar por ela.

Diferentemente do crédito público, no financiamento privado o estudante precisa pagar a faculdade enquanto ainda estuda, embora possa diluir as mensalidades em parcelas menores, que serão quitadas em alguns anos após a graduação. Para solicitar o benefício, é preciso avaliar um grupo de opções variadas, que inclui o pedido de crédito direto na universidade, o empréstimo por meio de banco ou um contrato de financiamento com alguma instituição privada. Em todos os casos, há uma análise de crédito antes de obter um financiamento parcial ou total, dependendo das condições socioeconômicas do aluno e da graduação escolhida. Segundo os dados mais recentes do ensino superior, 43,7% dos universitários utilizam os financiamentos estudantis. Desse montante, 38% é ofertado pela iniciativa privada, sendo o crédito direto com a instituição de ensino superior a modalidade mais procurada.

43,7% dos universitários utilizam financiamento estudantil; 38% desse montante utiliza crédito privado

Direto com a faculdade é a melhor opção acordo com Rodrigo Capelato, diretor do Semesp, instituição que representa um grupo de universidades particulares de São Paulo, essa movimentação é benéfica para o estudante, mas exige cautela na escolha da melhor modalidade. “A opção de financiamento direto com instituição de ensino superior é um bom caminho, mas tem como limitação o número reduzido de vagas. Já o financiamento em bancos ou outras entidades financeiras pode ter mais oferta, mas está atrelado à aprovação de crédito”, explica. Segundo o especialista, na segunda modalidade, em média oito em cada dez pedidos são recusados na fase de avaliação de crédito.

No crédito estudantil privado, o aluno geralmente paga 50% da mensalidade durante o curso e a outra metade depois que se forma, por um período equivalente ao da graduação, com juros e reajustes anuais. Nos bancos, a taxa de juros varia. No Bradesco, por exemplo, a taxa de balcão gira em torno de 1,6%; já no Santander, fica na casa de 2%. Esses percentuais variam dependendo da parceria com a universidade e do perfil de crédito do aluno. Já em instituições privadas, a taxa de juros pode ser de zero ao mês no período inicial do contrato, permitindo que o valor mais alto passe a ser cobrado somente após a formatura.

No crédito privado, 50% da mensalidade é paga durante o curso e os outros 50%, depois

topo ↕

O ESTADO DE S. PAULO - SP - ESPECIAL

Programas de crédito também são alternativa

Quando começou a fazer graduação, a estudante Thalita Perveieff de Souza, 21 anos, achava que não precisaria de crédito universitário. Ao entrar no curso de Psicologia na Unip Alhavelle, há dois anos, ela conseguiu uma bolsa de 50% sobre o valor da mensalidade, e seguiu por três semestres pagando o restante do valor. Contudo, escolheu trocar o turno da manhã pelo turno da noite, e acabou perdendo o desconto.

Fazer uma faculdade na área da saúde era um objetivo antigo, influenciado pela família, e desistir por falta de recursos não era opção para a jovem. Sem a bolsa, ela seguiu a recomendação de uma amiga e procurou alternativas de crédito no mercado, optando pelo PRAVALER, um dos mais conhecidos programas privados de crédito universitário do País.

No modelo atual ofertado pela empresa, o aluno começa pagando uma parcela de 33% do valor da mensalidade, sem juros, enquanto estiver cursando a universidade. O prazo de financiamento varia, mas num curso de quatro anos de duração, por exemplo, o aluno começa a pagar enquanto estuda e tem seis anos, depois de formado, para saldar a dívida. “Quando esse estudante entra na graduação, tem uma capacidade de pagamento muito limitada. Ao iniciar sua trajetória profissional, com estágios e outros cargos iniciais, seu poder financeiro aumenta significativamente”, explica Rafael Baddini, sócio-diretor do PRAVALER. No caso de Thalita, o curso termina em 2021, e ela poderá pagar o valor obtido no crédito até 2023.

Instituições como PEP (Parcele a Faculdade) e Konkero também trabalham com modalidades semelhantes. Em todos os casos, o procedimento de pagamento varia de pessoa para pessoa; para financiamentos ofertados por bancos ou instituições como as citadas aqui, o aluno não paga diretamente a faculdade, mas sim repassa o valor parcial do pagamento à instituição contratada, que fará o pagamento do curso. Para Thalita, os 50% de financiamento obtidos foram a ajuda necessária para que ela não abrisse mão de realizar seu objetivo de se formar e, no futuro, ter seu próprio consultório.

topo 

O ESTADO DE S. PAULO - SP - ESPECIAL

Como conciliar trabalho e ensino superior

Foco, planejamento e disciplina: essas são as palavras-chave para quem não pode abrir mão do emprego para cursar uma faculdade

Quando Susanny Oliveira, 19 anos, acorda para ir à faculdade, o sol ainda não nasceu em São Bernardo do Campo, na grande São Paulo. Sua rotina começa às 5h30, se divide entre estudos e trabalho e acaba apenas meia-noite, quando ela chega em casa e termina de revisar o material para a aula da manhã seguinte. Morando a cerca de uma hora de ônibus da faculdade Anhanguera, onde cursa Enfermagem, e da empresa onde trabalha com telemarketing, entrar na rotina cronometrada e com poucas horas de sono foi a única maneira de poder buscar um diploma de graduação. E ela não está sozinha nessa realidade: atualmente, cerca de 15% dos jovens brasileiros trabalham e cursam a faculdade, segundo dados do Banco Interamericano de Desenvolvimento.

Hoje já são mais de 8 milhões de matrículas em cursos de graduação presenciais ou à distância. Embora uma parcela dessa turma consiga se dedicar somente aos estudos, a falta de recursos e os impactos da crise econômica impulsionaram os estudantes a manter, em turno paralelo, um emprego fixo. “Dedico cada hora livre para estudar, mas, como a fase de estágio pelo curso não começou ainda, eu acabei precisando de outro

emprego para me manter”, conta Susanny.

PULSO FIRME

Segundo Fábio Pereira da Silva, coordenador dos cursos de graduação do Senac EaD de São Paulo, esse tipo de situação é bastante comum, tanto para quem estuda à distância quanto para quem precisa frequentar aulas no campus da faculdade. “A rotina do estudante que trabalha é cansativa. Ele tem que enfrentar condução cheia, trânsito e a própria rotina do trabalho ao longo do dia”, explica.

“Por isso, muitas vezes ele tem uma rotina agendada de estudo, mas chega cansado em casa e percebe que também precisa dar atenção para seu parceiro e sua família. Automaticamente ele fala ‘vou estudar amanhã’ ou ‘no final de semana eu compenso’, mas não é simples assim.” Para Silva, o vilão desse cenário é a falta de pulso firme no cumprimento do próprio planejamento.

Daniele Llano sabe bem dessas dificuldades. Aos 36 anos, chegou a tentar um curso superior diversas vezes, mas a necessidade de se dedicar ao trabalho a fez desistir no caminho. Morando com o marido e a filha pequena no Rio Grande do Sul, encontrou no curso de Gestão Financeira à distância no Senac uma maneira de continuar trabalhando e estudando sem travar tanto a rotina. “Eu começo o dia trabalhando, coordeno meus horários com a escola da minha filha e, quando ela descansa, eu sento para completar as aulas do curso”, conta.

“Eu percebi que sem foco não dá para estudar. No início do curso cheguei a reprovar em uma matéria. Agora uso até meu tempo de jantar no trabalho para não deixar isso acontecer” Susanny Oliveira, estudante de Enfermagem

Disciplina é a chave para não desistir

Nos primeiros seis meses de curso, tanto Daniele quanto Susanny pensaram em desistir dos estudos e seguir só com o trabalho. “Eu achava que estudando à distância eu teria mais tempo livre, mas a dedicação é a mesma, às vezes até maior”, conta Daniele, que nos últimos dois anos precisou fazer malabarismo em casa para acompanhar as aulas ao vivo enquanto a filha estava ainda acordada. “Contei muito com a compreensão dos meus professores, que chegaram a brincar com a minha filha, pela câmera do computador, pedindo que ela me deixasse concluir a aula.” O esforço valeu a pena: Daniele se formou em dezembro passado e já tem aspirações para o futuro. “Antes eu achava que não conseguiria, mas com perseverança hoje acredito que sou capaz de tudo. Um mundo de possibilidades se abriu com o diploma.”

Já Susanny ainda tem uma jornada de mais três anos pela frente, mas já não pensa em desistir. “Eu percebi que sem foco não dá para estudar. No início do curso cheguei a reprovar em uma matéria porque não estudava nos horários que tinha livres em casa, e deixei acumular as tarefas. Agora uso até meu tempo de jantar no trabalho para não deixar isso acontecer.” Na área da saúde, o estágio geralmente só é liberado ao estudante após alguns semestres de aulas teóricas e práticas, e Susanny não vê a hora de isso acontecer. “Acredito que se eu puder trabalhar na minha área, mesmo que seja apenas um estágio, vou conseguir conciliar melhor a rotina, porque na verdade vou estar aprendendo enfermagem o tempo todo”, conclui.

topo 

O GLOBO - RJ - SOCIEDADE

Dilma e Temer foram contra ensino domiciliar

Em pareceres da AGU, antecessores de Bolsonaro se opuseram à liberação da prática; editada pelo Ministério da Família, medida provisória que pretende autorizar modalidade não teve protagonismo do MEC

BRASÍLIA

Para embasar a regulamentação do ensino domiciliar, prometida por meio de uma medida provisória a ser editada já nos cem primeiros dias de governo, a equipe do presidente Jair Bolsonaro terá que contrariar argumentos técnicos e jurídicos defendidos por seus antecessores. As gestões Dilma e Temer se manifestaram de forma contrária ao homeschooling, prática de prover a educação dos filhos em casa e não em escolas formais.

A edição de uma medida provisória para regulamentar a educação domiciliar no Brasil entrou na agenda do governo apenas dois dias antes de ser divulgada como uma das metas dos cem primeiros dias de gestão. E, curiosamente, sem qualquer protagonismo do Ministério da Educação (MEC).

A ministra da Família, Damares Alves, encampou a ideia e ligou para Ricardo Vélez Rodríguez, ministro da Educação, que lhe deu sinal verde para tocar o tema. Como O GLOBO revelou, o texto da MP foi feito pela Associação Nacional da Educação Domiciliar (Aned). Segundo Alexandre Moreira, diretor jurídico da entidade e secretário-adjunto da Secretaria Nacional de Proteção Global, o texto deve seguir para a Casa Civil antes de ser remetido ao Congresso. Ou seja, sem participação direta do MEC.

Em nota, o Ministério da Família disse que a pasta é responsável pela proposta porque "é demanda de família", "claro, em parceria e anuência com o Ministério da Educação". O MEC informou que "o ministro da Educação, professor Ricardo Vélez Rodríguez, estará à disposição da ministra da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, Damares Alves, se qualquer ajuda for solicitada".

ILEGALIDADE

O Supremo Tribunal Federal (STF) considerou o homeschooling ilegal, em setembro do ano passado, devido à falta de regulamentação. Na Corte, a Advocacia-Geral da União (AGU) fez uma defesa enfática da inconstitucionalidade da medida. Grace Mendonça, advogada-geral da União no governo Michel Temer, afirmou, durante o julgamento, que a Constituição "não conferiu aos pais a faculdade de levarem ou não os filhos à escola".

E que "nada substitui, por mais que o ambiente familiar seja profícuo e responsável, a experiência vivenciada nos corredores das escolas", sustentou Grace, afirmando que esta proporciona um ambiente mais diverso.

Um parecer de 2016 assinado pelo então advogado-geral da União Luís Inácio Adams, entregue ao STF, segue o mesmo raciocínio. Segundo o documento, a Constituição, a Lei de Diretrizes e Bases (LDB) e acordos internacionais assinados pelo Brasil impedem a adoção da educação domiciliar.

O MEC, em parecer de 2015, destacou a diferença entre educação familiar e ensino

como instrução formalizada, e defendeu que este último, para a Constituição, compete ao Estado.

Uma nota técnica da Secretaria de Educação Básica do MEC, de 2015, apontou a diferença entre pais e professores no processo de aprendizagem e disse ser "temerário" trocar um pelo outro.

"Os professores mudam por serem muitos, representam a diversidade na vida social e os pais são, por definição, únicos. Os professores foram formados para o exercício da docência, tendo o ensino por profissão, estando, portanto, mais aptos a ensinarem. Nesta perspectiva, a família deve educar como família, a escola deve ensinar como escola, ambas as relações são imprescindíveis", definiu a nota.

topo ↕

VALOR ECONÔMICO - SP - EMPRESAS

ESPM abre campus de educação executiva

A ESPM inaugura hoje um novo campus em São Paulo dedicado exclusivamente à educação executiva. Com capacidade para 400 alunos, o novo espaço vai receber as pós-graduações que já eram oferecidas pela escola e também terá cursos de atualização em horários alternativos, como o início da manhã e o período do almoço.

Leia a matéria na íntegra acessando o link:

<https://www.valor.com.br/carreira/6098053/espm-abre-campus-de-educacao-executiva>

topo ↕

MEIO NORTE - PI - EDUCAÇÃO

Inscrições para curso encerram hoje

Expira nesta quinta-feira (31) o prazo para inscrições no processo de seleção simplificada para o curso de Licenciatura em Física, na modalidade a distância, pela Universidade Aberta do Brasil (UAB). O Instituto Federal do Piauí (IFPI) é a instituição ofertante e a Secretaria de Estado da Educação (Seduc) é parceira no programa que leva o ensino superior 50 polos nos municípios piauienses.

Em 2019, a **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível**

Superior (CAPES) disponibilizou 3.600 vagas para os polos do Piauí, nos cursos de História, Espanhol, Ciências Contábeis, Matemática, Administração Pública, Inglês, Física, Português, Geografia, Turismo e Ciências da Natureza, que ofertou vagas até dia 10/01. Neste mês de janeiro já estão disponíveis 700 vagas.

O superintendente de Ensino Superior da Seduc, Ellen Gera, observa que da totalidade de polos da UAB do Estado, 37 são de responsabilidade Seduc, que é mantenedora da estrutura física, tecnológica e de gestão de coordenação.

"O ensino superior na modalidade a distância cresceu muito na gestão do governador Wellington Dias. Além da UAPI, mantida exclusivamente com recursos do Governo do Estado, temos a UAB, que terá mais quatro polos em 2019 conseguidos com muito esforço. Para o novo curso de Licenciatura em Física as inscrições já estão abertas, ofertando 175 vagas. O curso de Física é essencial para o desenvolvimento do ensino tecnológico e científico do Piauí, relata o superintendente.

Os novos polos foram autorizados pela **CAPES** nos municípios de Altos, Avelino Lopes, Fronteiras e José de

Freitas. Já as turmas de Física estão sendo disponibilizadas nos municípios de Campo Maior, Buriti dos Lopes, Flodano, Monsenhor Gil e Valença. As inscrições acontecem até o dia 31 de janeiro.

O secretário de Estado da Educação, Hélder Jacobina, explica que essa é mais uma conquista importante para expansão do ensino superior público no Estado. "Nessa gestão, já levamos cursos técnicos para todos municípios e levaremos ensino superior também a todos, quando teremos o ciclo completo da educação em todos os municípios do Piauí.

Esse é um grande feito e acredito que seremos o único estado do Brasil a ter Ensino Infantil, Fundamental, Médio, Técnico e Superior próximo de todos", completa o secretário.

topo ↕

A CRÍTICA - AM - BRASIL

ProUni oferta 4,4 mil bolsas

Foi aberta ontem a consulta de estudantes que desejam ingressar no ensino superior por meio do Programa Universidade para Todos (ProUni) às bolsas disponíveis e às instituições participantes do processo seletivo do primeiro semestre de 2019. Amazonas, serão ofertadas 4.478 bolsas, sendo 2.759 integrais e 1.719 parciais. No total, esta edição do ProUni oferta 243.888 bolsas em todo o País, sendo 116.813 integrais e 127.075 parciais, em 1.239 instituições de educação superior no Brasil. Esta é a maior oferta de vagas da história do ProUni, desde sua criação, em 2005. As inscrições começam hoje e acabam às 23h59 do dia 3 de fevereiro, seguindo o horário oficial de Brasília (DF). A consulta pública de bolsas do Prouni está disponível na página do programa na internet. O estudante poderá pesquisar as bolsas ofertadas por curso, instituição ou município.

CRITÉRIOS

Podem se inscrever no processo seletivo do ProUni estudantes brasileiros sem diploma de curso superior e que tenham participado do Enem 2018, tendo obtido no mínimo 450 pontos na média das notas do Exame e nota superior a zero na redação. Para concorrer às bolsas integrais o candidato deve comprovar renda familiar bruta mensal, por pessoa, de até um salário mínimo e meio. Já para as bolsas parciais (50%), a renda familiar bruta mensal deve ser de até três salários mínimos por pessoa. Além disso, os estudantes devem satisfazer a pelo menos uma das seguintes condições para participar do programa: ter cursado o ensino médio completo em escola da rede pública ou da rede particular, na condição de bolsista integral da própria escola; ser pessoa com deficiência; ou ser professor da rede pública de ensino, no efetivo exercício do magistério da educação básica, integrante de quadro de pessoal permanente de instituição pública e concorrer a bolsas exclusivamente nos cursos de licenciatura. Neste último caso, não é necessário comprovar renda.

Programa é voltado a alunos de baixa renda e professores de magistério que fizeram o Enem Inscrições devem ser feitas pelo site do programa: <http://www.prouni.mec.gov.br> Programa abre as portas de instituições privadas por meio de bolsas parciais e integrais

Milhões de beneficiados em 1 década

O ProUni tem como finalidade a concessão de bolsas de estudo integrais e parciais em cursos de graduação e sequenciais de formação específica, em instituições de educação superior privadas. Desde que foi criado há mais de uma década, o programa oferece, em contrapartida, isenção de tributos às instituições que aderem a o programa. O programa tem um sistema de seleção informatizado e impessoal, que confere transparência e segurança ao processo. Possui também ações conjuntas de incentivo à permanência dos estudantes, como a Bolsa Permanência e o Novo Fies, que possibilita ao bolsista parcial financiar parte da mensalidade não coberta pela bolsa do programa. O Pro Uni já atendeu mais de 2,47 milhões de estudantes, sendo 6 9% com bolsas integrais.

topo ↕

ESTADO DE MINAS - MG - OPINIÃO

Impor limites aos filhos é a regra básica da educação

Anna Marina

Muita gente já deve ter ouvido a expressão “isso vem de berço”. Refere-se ao fato de que educação, ética, princípios, valores e respeito começam a ser ensinados desde cedo, em casa. É a mais pura verdade. Ter filhos é uma grande responsabilidade, cabe aos pais a missão de educá-los. O que aprenderem na infância será o que vão repetir ao longo da vida.

Educar não é fácil, exige muita sabedoria, posicionamento, firmeza, paciência. Pode ser muito simples se houver responsabilidade, compromisso e, sobretudo, amor.

Muitas coisas absurdas de que tomamos conhecimento se devem à falta de educação e limites dados pelos pais aos filhos pequenos. Não poucas vezes, testemunhamos crianças mandando nos pais. Há alguns anos, vi um pai perguntando à filhinha – de uns 3 anos – se ele poderia se sentar em determinada cadeira. Fiquei chocada. A criança respondeu que não, ele tinha de sentar na outra. E ele obedeceu!

Atitudes assim podem parecer bobagem, mas fazem parte da formação da personalidade e do comportamento do ser humano. O que essa menina está aprendendo? Que manda na pessoa que deveria ser a autoridade máxima sobre sua vida. Ou seja, eu posso tudo, estou no controle. Que limite ela terá?

É preciso ensinar aos filhos os significados e as consequências do sim e do não, do certo e do errado, das razões e dos limites. Isso pode representar a diferença entre saber o caminho a seguir ou sair a esmo, apanhando a cada esquina. É aquela máxima: você pode aprender pelo amor ou pela dor.

Não aprendemos apenas essa educação básica e as cinco palavrinhas mágicas, mas a reconhecer erros, pedir perdão e perdoar, ser grato, ter delicadeza, gentileza e simpatia, a sermos prestativos. Recentemente, fiquei sabendo da morte de um senhor idoso, pai de muitos filhos, doente há um bom tempo. Entrou em estado terminal. Um dos filhos, mesmo sabendo que o pai poderia falecer a qualquer momento, viajou com a família. No dia seguinte, o senhor morreu. Três dias depois, o viajante postou uma foto da família no passeio, toda sorridente. Onde está o respeito? O que leva um filho a não se importar com a perda do pai?

Em contrapartida, contaram-me outro caso. Um rapaz casado, com três filhos, um adolescente e dois pequenos, estava com viagem comprada para a Disney, em um dos

hotéis mais caros do complexo. Uma semana antes do embarque, o pai foi internado, mas não corria risco de morrer. Ele cancelou toda a viagem, sem direito a reembolso. A mulher chegou a perguntar por que não ir, já que a situação não estava tão grave. Ele explicou que se tratava de família. Naquele momento, o mais importante era estar ao lado do pai e, principalmente, ensinar aos filhos pequenos o valor e a importância da família.

Isso faz toda a diferença. Dois casos semelhantes, duas atitudes diferentes, dois ensinamentos. (Isabela Teixeira da Costa/Interina)

topo ↕

EXTRA - RJ - BRASIL

Alunos de outros bairros procuram unidade

Mas não é apenas a proximidade que motiva a grande procura pela unidade. O Colégio Erich Walter Heine obteve a maior nota da rede no Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb) de 2017: tirou 5.6, bem acima da média nacional das redes estaduais, que é de 3.5. Outro aspecto que atrai as famílias é o fato de a unidade oferecer o ensino técnico em Administração.

O critério da idade é o que tem deixado alguns moradores da vizinhança de fora da seleção, de acordo com relatos. Jovens que têm 14 anos são priorizados para ingressar nas turmas do 1º ano do ensino médio, em detrimento dos que têm 15. Com isso, os adolescentes da região que estão nessa faixa acabam sendo alocados na segunda ou terceira opção.

Em nota, a Secretaria de Estado de Educação (Seeduc) informou que, no Colégio Estadual Erich Walter Heine foram 1.478 inscritos para as 185 vagas disponíveis na 1ª fase, ou seja, 7,99 candidatos por uma vaga. “Dos 185 alocados, 162 confirmaram a matrícula. Na 2ª fase, somente três candidatos não confirmaram suas matrículas”, diz a nota.

topo ↕

FOLHA DE BOA VISTA - RR - CIDADES

Universidade para Todos tem mais de 300 bolsas para Roraima

Desde ontem, 30, estudantes que desejam ingressar no ensino superior por meio do Programa Universidade para Todos (ProUni) poderão consultar as bolsas disponíveis e as instituições participantes do processo seletivo do primeiro semestre de 2019. Em Roraima, serão 367 bolsas, sendo 300 integrais e 67 parciais.

No total, esta edição do ProUni oferta 243.888 bolsas em todo o País, sendo 116.813 integrais e 127.075 parciais, em 1.239 instituições de educação superior no Brasil. Esta é a maior oferta de vagas da história do ProUni, desde sua criação, em 2005.

topo ↕

JORNAL DO COMÉRCIO - RS - 2º CADERNO

Novo projeto quer tornar Matemática atrativa na escola

Há quem diga que a melhor maneira de aprender algo é praticar. Mas, para aprender a ensinar, é importante entender as necessidades dos alunos. A disciplina Projetos em Estágio, do Instituto de Matemática e Estatística (IME) da Universidade de São Paulo, adota essa premissa e inova na maneira com que o estágio do curso de Licenciatura em Matemática é organizado. O objetivo é criar um projeto de ensino para a Educação Básica com base em atividades não tradicionais, como uso de jogos e questões de resolução de problemas. Em vez de simplesmente observarem aulas, os estudantes da

graduação se reúnem com professores da Educação Básica da escola parceira e docentes e educadores do IME para elaborar, executar e discutir maneiras de tornar os conteúdos mais interessantes aos alunos da Educação Básica. Dessa maneira, pensam em métodos mais eficazes. A participação de professores da Educação Básica fornece bagagem quanto às necessidades das escolas que diferem do contexto universitário. “Os professores trazem uma realidade diária que a universidade não tem acesso”, explica a professora do IME e responsável pela disciplina Barbara Corominas Valério. O diálogo entre a universidade e a escola traz consequências positivas para os estudantes de licenciatura e para os professores da Educação Básica. “Notamos diferença de compreensão, aprendizado e reflexão de ambas as partes: os alunos, ao lecionar pela primeira vez, e os professores das escolas que têm a oportunidade de voltar para a universidade”, conta a professora do IME Daniela Mariz Silva Vieira.

topo ↕

AGÊNCIA ESTADO - TEMPO REAL

Maniqueísmo ideológico no ambiente acadêmico

A intolerância existente hoje na universidade brasileira não tem precedente na História

O tema ideologia e intolerância no ambiente universitário tem merecido atenção da imprensa brasileira. Em menos de um ano foi foco em cinco edições do jornal O Estado de S. Paulo. Na página A2, por educadores com visões divergentes: em 22/4/2018 e 3/5/2018, pelos professores Carlos Maurício Ardisson e Roberto Macedo, respectivamente, e em 31/10/2018 pela professora Maria Paula Dallari Bucci. E em mais duas ocasiões na página A3, a de Notas & Informações: em 29/4/2018, no editorial A academia dominada e em 4/10/2018, sob o título O papel da universidade. O argumento central de todos esses textos opinativos era a defesa da liberdade e da autonomia da universidade de promover debates e cursos, mas que estes contemplassem visões divergentes.

Não obstante essa percepção comum, provavelmente compartilhada por dirigentes universitários, ela não foi considerada por um grupo de instituições de ensino superior quando da oferta de disciplinas no primeiro semestre de 2018. Só assim se poderiam explicar os vários cursos que tinham como tema “O golpe de 2016 e o futuro da democracia”, aprovados pelos colegiados acadêmicos em 13 universidades federais - UNB, UFRJ, UFBA, UFSM, UFRGS, UFAM, UFSJ, UFJF, UFSC, UPop, UFU, UFC e UFRN -, em duas universidades estaduais paulistas, Unicamp e USP, algumas estaduais de outras unidades da Federação e poucas Pontifícias Universidades Católicas. Em nenhuma delas foram, concomitantemente, oferecidos cursos com visão divergente.

Pode-se supor que professores com concepções diferentes não tenham tido coragem de propor disciplinas alternativas. Mas parece mais plausível que, receando as reações das corporações e a ruptura de um pacto político que os levou à condição de dirigentes, reitores, pró-reitores e diretores não tenham estimulado a oferta de cursos que mostrassem a legalidade do impeachment.

Essa conduta se alinhava com anteriores que fizeram “vista grossa” a manifestações de intolerância nos câmpus universitários. As hostilidades contra o senador Cristovam Buarque, impedido de lançar seu livro *Mediterrâneos Invisíveis* no câmpus da UFMG durante a reunião da SBPC de 2017, e a não permissão para a exibição de filme baseado na obra de Olavo de Carvalho pela administração universitária da UFBA, em novembro do mesmo ano, repetindo o que ocorrera um mês antes na UFPE, são exemplos de como

nas universidades se dá a cumplicidade entre dirigentes das instituições e lideranças corporativas visando a bloquear a difusão de ideias discordantes de suas visões.

Anteriormente, em outra universidade federal localizada na Bahia, a UFRB, houve impedimento físico de palestras do geógrafo e sociólogo Demétrio Magnoli e do filósofo Luiz Felipe Pondé, por serem contrários às cotas raciais. Em todos esses casos não houve diálogo nem possibilidade de negociação.

A intolerância existente na universidade brasileira não tem precedente na História. No seu nascimento, em 1287, na cidade de Bolonha, a universidade herdou dos colégios medievais, como aqueles em que ensinou Pedro Abelardo, uma atmosfera cultural que contemplava debates, com direito a réplicas, tréplicas, etc. Nessa atmosfera os debates, então denominados disputatio quod libet, eram agendados e, neles, diferentes doxa (opiniões) eram defendidas sem assumirem a presunção de dogma. Apesar da interferência e do controle da Igreja Católica, vinculando a permissão para funcionar (bula papal) ao direito de emitir diplomas de professores (licentia docendi), a universidade medieval não impedia debates.

Antes mesmo da revolução científica, entendia-se que as controvérsias eram necessárias à incorporação de conhecimentos novos. Posteriormente, com a Reforma luterana e o Concílio de Trento, o argumento de autoridade impôs dogmas, limitando debates nas universidades escolásticas sob influência do catolicismo. Entretanto, a Reforma Protestante, diferentemente do que dizia Erasmo de Roterdã - “ubicunque regnat luteranismus, ibi litterarum est interitus” (onde quer que reine o luteranismo, a ciência entra em decadência) -, deu ensejo a outro modelo de universidade, definida como moderna, na qual a liberdade de debater e conviver com dogmas religiosos se impôs. Com a assimilação da pesquisa e da experimentação em seu campo de estudos a partir de meados século 19, sob a influência de pensadores como Schleiermacher, Fichte, Humboldt e Schelling, e após a reforma universitária alemã de 1848, as universidades reformadas passaram a refletir culturas nacionais, acolhendo ideias filosóficas em todos os campos. Essa mudança teve o protagonismo de Justus von Liebig, em Giessen, e é o marco do nascimento da universidade contemporânea. A teoria evolucionista de Darwin, malgrado contrariasse dogmas religiosos, foi debatida em 1860 na Universidade de Oxford, ocasião em que Thomas Huxley afirmou não se sentir envergonhado por ter um ancestral comum com os símios.

No século passado, no Ocidente, com exceção do que ocorreu nas universidades durante os regimes autoritários - nazismo, fascismo e o socialismo na Europa Oriental -, não se tem registro de intolerância ideológica em ambientes acadêmicos, nem mesmo na década de 1960 na França. Em quase 730 anos de existência da universidade, não são relatados fatos semelhantes aos do Brasil de hoje, uma cumplicidade entre dirigentes e movimentos corporativos visando a cancelar um “pensamento único”.

Considerando que é imanente ao papel da universidade estabelecer uma atmosfera de harmonia que contemple visões de mundo divergentes e seja refratária à barbárie, conviria enfatizar que o fomento de controvérsias favoreceria a avaliação das universidades brasileiras nos rankings internacionais, esvaziando o argumento de que elas se converteram em “madrassas” islâmicas, formando mais militantes do que cidadãos.

*DOUTOR EM ECONOMIA (UNICAMP), AMILCAR BAIARDI FOI PROFESSOR VISITANTE NAS UNIVERSIDADES DE AARHUS (DINAMARCA) E BOLONHA (ITÁLIA) E PRÊMIO JABUTI EM 1997

topo ↕

AGÊNCIA FOLHA - TEMPO REAL

Sem diploma, Damares já se apresentou como mestre em educação e direito

Após ser questionada sobre formação acadêmica, ministra diz que título é bíblico

Num de seus discursos mais famosos, ao menos até virar ministra da Mulher, Família e Direitos Humanos, Damares Alves se apresenta à plateia: não estão diante apenas de uma pastora, mas de “uma advogada” que é também “mestre em educação” e “em direito constitucional e direito da família”.

Títulos acadêmicos, contudo, que a titular na Esplanada de Jair Bolsonaro nunca teve de fato, como a própria disse, por meio da assessoria de imprensa do ministério, após ser questionada pela Folha por três semanas sobre quais eram as instituições em que ela adquirira os alegados mestrados.

Damares não possui currículo no Lattes, uma plataforma mantida pelo CNPq (conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico) para agregar trabalhos e títulos de acadêmicos. O pesquisador não é obrigado a estar no Lattes, mas foge à praxe não ter seu nome lá.

Questionada pela reportagem, Damares afirmou que seu título tem a ver com o ensino bíblico. “Diferentemente do mestre secular, que precisa ir a uma universidade para fazer mestrado, nas igrejas cristãs é chamado mestre todo aquele que é dedicado ao ensino bíblico.”

No dia 14 de janeiro, à mesma pergunta, sua assessoria havia dito apenas que “a ministra não tem Lattes”.

A ministra não explicou por que, em palestra que deu numa igreja em Mato Grosso do Sul, em 2013, com o tema “O Cristão Diante de Novos Desafios”, ela especificou então ser mestra em categorias tão específicas quando educação e direito constitucional e da família.

Naquele dia, ela propagou na Primeira Igreja Batista de Campo Grande ideias como a de que uma técnica do Programa Nacional DST/Aids, em 2002, disse que “uma educação diferenciada poderá fazer desabrochar em todo o menino seu lado feminino, e em toda menina seu lado masculino”. Não há nenhum registro fidedigno de que essa frase seja real.

Uma pessoa com trânsito na bancada evangélica no Congresso, para a qual Damares já trabalhou como assessora jurídica, afirmou à Folha que ela já ostentou o título em outras ocasiões.

Agora, o currículo dela publicado no site da pasta sob sua guarda diz apenas que ela se formou na Faculdade de Direito de São Carlos e em pedagogia pela Faculdade Pio Décimo.

A ministra pinça uma passagem bíblica (Efésios 4:11) para justificar a designação: “E

Ele designou alguns para apóstolos, outros para profetas, outros para evangelistas e outros para pastores e mestres”.

“Passei anos da minha vida palestrando para professores/mestres em seminários de escolas bíblicas e ministério infantil”, diz. “Em várias dessas palestras, parafraseei essa passagem, estimulando os professores ali presentes que se lembrassem como nós, como pastores, recebemos o ministério de mestres dentro da perspectiva cristã.”

topo ↕

AGÊNCIA VALOR - TEMPO REAL

Vélez: Do ponto de vista da capacidade, universidade não é para todos

SÃO PAULO - O ministro da Educação, Ricardo Vélez Rodríguez, afirmou, em vídeo publicado nesta quarta-feira, que defende uma “universidade democrática”, em que todos que desejem ingressar no ensino superior compitam em condição de igualdade.

Ao fazer as considerações, Rodríguez confirmou posicionamento sobre ensino superior feito em entrevista ao Valor na segunda-feira e que repercutiu negativamente.

“Universidade, do ponto de vista da capacidade, não é para todos, somente algumas pessoas que têm desejo de estudos superiores e que se habilitam para isso entram na universidade”, diz Vélez. O vídeo é intitulado “A mídia diz que defendo a Universidade somente para uma elite. Conheça a verdade”.

“A coisa melhor para democratizar a universidade é ensino básico de qualidade, onde todo mundo se forma, todo mundo se habilita para competir em pé igualdade. Universidade para todos, nesse sentido, vale”, finaliza o ministro.

Na entrevista ao Valor, Vélez defendeu o ensino técnico como maneira de aproximar os jovens do mercado de trabalho. A fala foi uma reação a um questionamento sobre possíveis alterações na reforma do ensino médio, sancionada pelo governo de Michel Temer.

Ao defender a proximidade com o ensino profissionalizante, o ministro da Educação acredita que vai diminuir a “panela de pressão” da busca por ensino superior.

Ao Valor, Vélez defendeu, por essa lógica, que “a ideia de universidade para todos não existe”. Para ele, a universidade deveria ser para poucos, “uma elite intelectual, que não é a elite econômica do país”.

topo ↕

G1 - TEMPO REAL

ProUni abre inscrições para 14.602 bolsas de estudo no Maranhão

Inscrições começam nesta quinta-feira (31) e acabam às 23h59 do dia 3 de fevereiro, seguindo o horário oficial de Brasília.

Para o Maranhão, 14.602 bolsas de estudo estão disponíveis para estudantes que desejam ingressar no ensino superior por meio do Programa Universidade para Todos (ProUni). As inscrições começam nesta quinta-feira (31) e acabam às 23h59 do dia 3 de fevereiro, seguindo o horário oficial de Brasília.

Segundo o Ministério da Educação, são 2.138 bolsas integrais e 12.464 parciais ofertadas para o Maranhão. Em todo o país, 243.888 bolsas são oferecidas sendo 116.813 integrais e 127.075 parciais, em 1.239 instituições privadas de educação

superior. Cada aluno pode consultar pela página do ProUni as bolsas disponíveis e as instituições participantes do seletivo no primeiro semestre de 2019.

Podem se inscrever no processo seletivo do ProUni estudantes brasileiros sem diploma de curso superior e que tenham participado do Enem 2018, tendo obtido no mínimo 450 pontos na média das notas do Exame e nota superior a zero na redação.

Para concorrer às bolsas integrais, o candidato deve comprovar renda familiar bruta mensal, por pessoa, de até um salário mínimo e meio. Já para as bolsas parciais (50%), a renda familiar bruta mensal deve ser de até três salários mínimos por pessoa.

Além disso, segundo o MEC, os estudantes devem satisfazer a pelo menos uma das seguintes condições para participar do programa:

Ter cursado o ensino médio completo em escola da rede pública ou da rede particular, na condição de bolsista integral da própria escola

Ser pessoa com deficiência; ou ser professor da rede pública de ensino, no efetivo exercício do magistério da educação básica, integrante de quadro de pessoal permanente de instituição pública e concorrer a bolsas exclusivamente nos cursos de licenciatura.

Neste último caso, não é necessário comprovar renda

topo ↕

UOL - ÚLTIMAS NOTÍCIAS - TEMPO REAL

As doenças negligenciadas pela indústria farmacêutica que afetam milhões de pessoas no mundo e no Brasil

Cerca de um bilhão de pessoas no mundo - um sexto de todos os humanos no planeta - são afetados pelas chamadas "doenças negligenciadas": enfermidades que a indústria farmacêutica não tem interesse em pesquisar, segundo a Organização Mundial de Saúde (OMS).

O motivo? "Elas estão relacionadas à pobreza, não têm muito interesse para o mercado porque não dão um retorno lucrativo", explica Sinval Brandão, pesquisador da Fiocruz e presidente da Sociedade Brasileira de Medicina Tropical (SBMT).

A OMS classifica 17 patologias como doenças tropicais negligenciadas. Elas são diferentes uma da outra, mas têm em comum o fato de atingirem principalmente pessoas de baixa renda ou em condição de miséria, em lugares pobres e em países em desenvolvimento.

Algumas das patologias são conhecidas há séculos, explica Ethel Maciel, epidemiologista da Universidade Federal do Espírito Santo (UFES).

Várias delas você já deve ter estudado na escola: teníase, lepra, doença de Chagas, esquistossomose, doença do sono, tracoma, oncocercose, filariose linfática, entre outras.

Para muitos que vivem em grandes centros urbanos no Primeiro Mundo, há a impressão (errônea) de que são doenças do passado, que já foram erradicadas. Afinal, em extensas partes do mundo nas quais as condições de vida e de higiene melhoraram, elas não são mais um problema.

Mas elas continuam bem presentes, concentradas em regiões pobres do mundo, em

áreas rurais remotas, em favelas e áreas urbanas sem saneamento - inclusive (e em grande quantidade) no Brasil.

"O Brasil foi responsável por 70% das mortes no mundo por doença de Chagas em 2017; contribuiu com 93% dos novos casos de hanseníase e 96% dos casos de leishmaniose visceral do continente, só para citar alguns exemplos", diz Jardel Katz, gerente de pesquisa e desenvolvimento da DNDI (Iniciativa Medicamentos para Doenças Negligenciadas).

Se tanta gente é afetada, por que não se fala mais dessas doenças? Elas são silenciosas, diz a OMS, "porque as pessoas afetadas ou em risco tem pouca voz política".

"Às vezes em que chamam a atenção é quando saem do circuito de baixa renda e locais pobres em que normalmente são endêmicas e atingem a classe média, bairros ricos", diz Ethel Maciel. "É o caso da dengue, por exemplo."

Algumas entidades consideram um grupo maior de enfermidades na lista das negligenciadas. O projeto G-Finder cita 33 enfermidades em seu relatório anual sobre doenças negligenciadas, incluindo tuberculose e malária na lista. O projeto é organizado pelo centro de estudos Policy Cures Research, dedicado a buscar formas de promover avanços na saúde da população mais pobre no mundo, e patrocinado pela fundação Bill & Melinda Gates.

Segundo Jardel Katz, da DNDI, todas as 33 doenças consideradas pelo G-Finder estão presentes no Brasil, em maior ou menor medida dependendo da região.

O Ministério da Saúde definiu em 2008 sete doenças negligenciadas como prioridade no país, com base em dados sobre seu impacto no Brasil: dengue, doença de Chagas, leishmaniose, hanseníase, malária, esquistossomose e tuberculose.

O problema é que, justamente em uma área tão dependente de investimento público, o gasto governamental com pesquisa e desenvolvimento vem caindo. Segundo um relatório da G-Finder publicado recentemente, o governo fez um corte de 42% em verbas para pesquisa em doenças negligenciadas entre 2016 e 2017.

Tratamento antigo

A falta de interesse da indústria farmacêutica faz com que essas doenças tenham tratamentos muito antigos, com limitações, baixa eficácia e reações adversas, explica Jadel Katz.

Um dos principais tratamentos para a leishmaniose, por exemplo, é feito com uma substância chamada antimoniato, que mata o protozoário causador da infecção.

"É um tratamento que tem mais de cem anos e é muito tóxico. A pessoa entra no tratamento e pode ter problema cardíaco, renal", explica o epidemiologista Guilherme Werneck, doutor em saúde pública por Harvard e professor da Universidade Estadual do Rio de Janeiro (Uerj).

"Há um outro remédio, a Anfotericina B lipossomal, mas que é muito cara e também é bastante tóxica", diz Werneck.

Ethel Maciel explica que a dificuldade não é só para tratamentos, mas também em prevenção e diagnóstico.

"No combate à dengue, a forma de se combater o vetor (o mosquito transmissor do vírus) é a mesma desde os anos 1980 na maior parte do país", diz ela. No caso da dengue, hoje ainda não há remédio específico e apenas uma vacina, que tem baixa eficácia.

Pesquisa e desenvolvimento

"Para essas doenças é o setor público quem financia mais pesquisas, e isso gera descobertas importantes. Mas para questões de inovação e tratamento, a parceria com a iniciativa privada é essencial", diz Werneck.

Isso porque, explica Jadel Katz, quando se fala de avanços na área da saúde em geral, normalmente as universidades e instituições públicas fazem a maior parte das chamadas pesquisas em ciência básica (estudando os agentes causadores e como combatê-los).

O estudo sobre a criação e aplicação de remédios propriamente ditos acaba ficando com a iniciativa privada, que tem mais dinheiro e estrutura - além do interesse econômico nisso. "Eles cuidam mais dessa etapa onde há as questões regulatórias, os testes clínicos, que exigem participação de pacientes, dinheiro", diz Katz.

Além disso, há uma terceira etapa, de fabricação, que exige infraestrutura de produção.

No caso das doenças negligenciadas, no entanto, praticamente toda a pesquisa e desenvolvimento é feita pelo setor público ou por instituições sem fins lucrativos, principalmente estrangeiras.

"É uma área extremamente dependente de investimento público", explica Sinval Brandão.

Mas mesmo que o setor público e a academia invistam em pesquisa, o avanço é muito mais difícil sem a infraestrutura da indústria, principalmente na criação de tratamentos e na fabricação de remédios.

No Brasil, instituições públicas como o laboratório de remédios Farmanguinhos, da Fiocruz, fazem esse trabalho, mas elas ainda são poucas e não conseguem ter um nível de produção comparável ao da iniciativa privada.

"Já que não é um business puro, é preciso ter alternativas de desenvolvimento", diz Katz. "Trazer parceiros para conversar, tanto na esfera governamental e de ciência básica, quanto pensando em ter um parceiro industrial. É preciso ter diferentes parceiros, que dominam diferentes estágios de produção."

Queda no investimento

No Brasil, há uma grande preocupação com a queda de investimentos do governo nessas doenças.

Segundo o relatório da G-Finder sobre investimento em pesquisa e desenvolvimento

(P&D) em doenças negligenciadas, o investimento no Brasil caiu muito nos últimos anos - apesar de ter crescido no mundo, onde atingiu seu maior patamar em 2017.

De acordo com a pesquisa, publicada na semana passada, o total de investimento na área no Brasil foi de R\$ 29 milhões em 2017, 42% a menos do que em 2016, o que tirou o Brasil da lista de doze maiores financiadores globais.

"Sentimos diretamente essa redução nos cortes orçamentários", afirma Sinval Brandão, da SBMT. "A redução de investimento, que já se vinha sentindo nos últimos anos, em 2017 e 2018 foi muito maior, interrompendo projetos e fechando laboratórios."

De acordo com o relatório, entre 2016 e 2017 a diminuição no financiamento público foi resultado do teto de gastos estabelecido pelo governo, que causou cortes de duas agências financiadoras: o Banco Nacional do Desenvolvimento Social (BNDES), que teve uma redução de R\$ 15 milhões no investimento; e a Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (Fapesp), que cortou R\$ 14 milhões.

"Essa redução geral é extremamente significativa em uma área que tem tão pouco interesse do setor privado", afirma Brandão.

Isso afetou praticamente todas as patologias negligenciadas consideradas prioritárias pelo Ministério da Saúde no Brasil.

O investimento em pesquisas sobre malária caiu 15%. Para leishmaniose, a redução de verbas foi de 63%. Para tuberculose, o corte foi de 45%.

Para doença de Chagas - problema para o qual o Brasil foi, durante cinco anos, o segundo maior financiador de pesquisas - o corte foi de 74%.

Só duas doenças tiveram aumento no investimento. Uma delas foi a dengue, que cresceu 41%.

A outra foi a esquistossomose, que teve um aumento considerável, de R\$ 500 mil em 2016 para R\$ 2,8 milhões em 2017 - aumento de 460%. Segundo o Ministério da Saúde, cerca de 1,5 milhões de pessoas viverem em áreas sob risco de contrair a doença.

O que diz o governo

Quando aprovou o teto de gastos, em 2016, o governo disse reiteradamente que o limite no orçamento não afetaria as áreas de saúde e educação - vários defensores da medida fizeram essa afirmação, incluindo os ministros Henrique Meirelles (que estava no Ministério da Fazenda) e Dyogo Oliveira (Planejamento).

Questionado pela BBC News Brasil, o Ministério do Planejamento afirmou que quem deveria se pronunciar sobre o assunto é o Ministério da Saúde. "O dinheiro sai do orçamento para o órgão. Ele é que decide onde e como gastar", disse a pasta, em nota.

Já o Ministério da Saúde diz que seu Departamento de Ciência e Tecnologia (Decit) não fez cortes em doenças negligenciadas e que mantém pesquisas por meios de parcerias com órgãos governamentais como CNPq e Finep, mas que não responde por cortes feitos por agências financiadoras.

O ministério também afirma que o Brasil tem "alta carga de doenças não-transmissíveis, além das doenças transmissíveis e negligenciadas."

"Isto faz com que os recursos para pesquisa sejam destinados para diversas frentes de conhecimento. Em relação especificamente às doenças negligenciadas, podem ocorrer destinações de recursos maiores ou menores para determinadas doenças a partir de necessidades específicas. Por exemplo, em 2016 e 2017, com a emergência em Zika, houve investimento maior em pesquisas relacionadas ao mosquito *Aedes aegypti*."

A pasta destaca dados do relatório G-Finder que apontam o Decit como um dos maiores financiadores de pesquisas relacionadas a controle vetorial do mosquito em 2017. Diz ainda que outras áreas do Ministério da Saúde e do Governo Federal "financiam pesquisas e não estão contemplados no relatório", mas não especificou quais, para quais doenças e nem quanto foi investido.

No entanto, o ministério destacou uma lista de ações de combate às doenças negligenciadas que não envolvem pesquisa e desenvolvimento (e por isso não estão no relatório G-Finder), como "repasses extras anuais superiores a R\$ 10 milhões para intensificação das ações de controle da malária nos Estados com maior registro de casos".

"Quanto a hanseníase, o Ministério da Saúde realiza anualmente campanha para alertar a população sobre sinais da doença, estimular a procura pelos serviços de saúde e mobilizar profissionais de saúde na busca ativa de casos, favorecendo assim o diagnóstico precoce, o tratamento oportuno e a prevenção das incapacidades", diz a pasta, em nota.

O órgão também destacou o Plano Nacional pelo Fim da Tuberculose como Problema de Saúde Pública, lançado no ano passado, e a "atuação em conjunto com as secretarias estaduais e municipais de saúde no controle das leishmanioses", além do diagnóstico e tratamento gratuito oferecido no SUS para as doenças.

topo ↕

UOL - ÚLTIMAS NOTÍCIAS - TEMPO REAL

Sisu : aluno tem até 4 de fevereiro para comparecer à instituição

Começou hoje (30) o prazo de matrícula dos selecionados no Sistema de Seleção Unificada (Sisu). Os estudantes têm até o dia 4 de fevereiro para comparecerem às instituições de ensino. Os estudantes devem estar atentos aos dias, horários e locais de atendimento definidos por cada instituição em seu edital próprio.

Quem tiver o interesse e preencher os requisitos pode pleitear assistência estudantil para cobrir custos como transporte e moradia. Segundo o Ministério da Educação (MEC), os programas de assistência estudantil são implementados diretamente pelas instituições, por isso os candidatos devem buscar informações sobre os programas existentes na própria instituição de ensino.

O resultado do Sisu está disponível desde o dia 28, na página do programa.

Os estudantes que não foram aprovados em nenhuma das opções de curso podem integrar a lista de espera do programa. O prazo para que isso seja feito vai até o dia 5 de

fevereiro.

A adesão pode ser feita na página do Sisu. Os candidatos podem escolher entrar na lista de espera para a primeira ou para a segunda opção de curso feita na hora da inscrição.

Os alunos na lista serão convocados pelas próprias instituições de ensino a partir do dia 7 de fevereiro.

A partir desta edição do Sisu, os estudantes que forem selecionados em qualquer uma das duas opções não poderão participar da lista de espera. Até o ano passado, aqueles que eram selecionados na segunda podiam ainda participar da lista e ter a chance de ser escolhido na primeira opção.

Ao todo, o Sisu oferece, nesta edição, 235.461 vagas em 129 instituições públicas de todo o país. Puderam se inscrever no programa os estudantes que fizeram o Enem 2018 e obtiveram nota acima de zero na prova de redação. Segundo o MEC, mais de 1,8 milhão de candidatos se inscreveram.

topo ↕

UOL - ÚLTIMAS NOTÍCIAS - TEMPO REAL

Defensora do ensino domiciliar é nomeada para coordenação no MEC

Sem atuação em sala de aula ou formação acadêmica na área da educação, Maria Eduarda Manso Mostaço, de 27 anos, foi nomeada coordenadora-geral de formação de professores da recém-criada Secretaria de Alfabetização do Ministério da Educação (MEC). Formada em Direito, ela é defensora da regulamentação do ensino domiciliar no País - que foi colocada como meta prioritária pelo governo de Jair Bolsonaro para os 100 primeiros dias de gestão.

A nomeação foi publicada nesta quarta-feira, 30. Maria Eduarda é de Londrina, onde cursou a graduação na Universidade Estadual de Londrina (Uel), mesma cidade de Carlos Francisco Nadalim, que vai chefiar a Secretaria de Alfabetização. Dono de uma escola chamada Mundo do Balão Mágico, ele também é defensor da educação domiciliar, o homeschooling.

Servidores do MEC estranharam a nomeação de uma pessoa sem experiência na área para um cargo que exige conhecimento técnico. Ela será coordenadora da Diretoria de Desenvolvimento Curricular e Formação de Professores Alfabetizadores, que é quem faz a articulação com Estados e municípios para a implementação de programas e políticas.

Os últimos a ocuparem cargos semelhantes na coordenação de programas de formação de professores tinham especialização na área da educação.

A ligação de Maria Eduarda com a área da educação foi em seu trabalho de conclusão de curso (TCC) na graduação em Direito, em que defendeu o ensino domiciliar. "Homeschooling: uma possibilidade constitucional face ao declínio da educação escolar no Brasil", era o nome do trabalho apresentado em 2015.

24 HORAS - TEMPO REAL

ESCOLAS DO SENAI SE DESTACAM ENTRE OS PAÍSES EM DESENVOLVIMENTO, AVALIA ESPECIALISTA

Principal responsável pela formação técnica e profissional de jovens e trabalhadores brasileiros para vários setores da indústria, o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI), está com a atual estrutura ameaçada.

O governo federal tem sinalizado, desde o período de transição, no ano passado, executar cortes de 30% a 50% nas verbas repassadas a instituições do sistema S, do qual faz parte o SENAI. Para especialistas, a decisão pode provocar graves consequências para a educação técnica e, até mesmo, para serviços de saúde prestados à população brasileira.

Ao todo, no Brasil, o SENAI mantém 541 escolas de todos os estados e no Distrito Federal, que registraram mais de 2,3 milhões de matrículas, em 2017. A instituição, calcula, porém, que casos os cortes sejam realizados, 162 escolas terão de fechar as portas.

“Além de acabar com empregos de educadores, técnicos, especialistas e pesquisadores, se forem feitos, os cortes prejudicarão a educação, pesarão sobre a saúde e afetarão a economia do país como um todo”, explica o diretor-geral do SENAI e também diretor-superintendente do Sesi, Rafael Lucchesi.

A avaliação de Lucchesi é corroborada por especialistas em educação como, por exemplo, o ex-diretor geral da **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES)**, Cláudio de Moura e Castro. O especialista conta que o sistema educacional aplicado pelo SENAI pode ser comparado aos aplicados nos países mais desenvolvidos do mundo.

“Por quase 15 anos trabalhei na Organização Internacional do Trabalho (OIT), no Banco Mundial e o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID). Me coube, nesse momento, visitar muitas escolas profissionais, dezenas. Algumas em países avançados, mas a maioria nos países, ditos, em desenvolvimento. Mas uma coisa me chamou a atenção. Eu não vi nenhuma escola em países em desenvolvimento que chegasse próxima das escolas do SENAI. Pelo contrário, essas escolas (SENAI) estão praticamente no mesmo nível daquelas escolas que a gente admira nos países avançados”, analisa.

Atualmente, cerca de 70% dos cursos do SENAI são oferecidos de forma gratuita. De acordo com Rafael Lucchesi, os possíveis cortes nos recursos tornarão inviável a oferta de ensino em todos os estados do país, com consequências mais graves, sobretudo, nas regiões Norte e parte do Nordeste.

Mas, a chamada “facada no sistema S”, prometida pelo ministro da Economia, Paulo Guedes, terá efeito não apenas no SENAI, mas em instituições como Senac, Sebrae e Sesi, entre outros.

O Serviço Social da Indústria (SESI), por exemplo, também tem uma rede de escolas de que beneficia 1,2 milhão de jovens com educação básica, principalmente de famílias de trabalhadores da indústria. Além disso, oferece prestação de serviços de saúde que inclui desde a oferta gratuita de vacinas e exames de mamografia para trabalhadoras. Um corte nos recursos deste sistema pode acarretar na falta de atendimento para 1,2

milhão de pessoas, que teriam que buscar os serviços na rede pública ou custeá-los na rede particular, segundo informações do próprio SESI.

topo ↕

AGÊNCIA 14 - TEMPO REAL

Parceria permite que alunos de São Manuel participem de curso de férias

Seguindo as diretrizes do Plano de Governo do prefeito de São Manuel, Ricardo Salaro, a Diretoria da Educação firmou mais uma parceria com o Instituto de Biociências e a Faculdade de Medicina Veterinária e Zootecnia da UNESP, Campus de Botucatu, permitindo que 46 alunos do Ensino Médio das Escolas Estaduais “Prof. Atílio Innocenti”, “Dr. Manuel José Chaves” e da ETEC “Dona Sebastiana de Barros” possam participar dos curso de férias oferecidos no período de 28 de janeiro a 6 de fevereiro, disponibilizando o transporte dos estudantes até o Distrito de Rubi&ati Ide;o Júnior onde serão desenvolvidas as atividades.

Os Cursos de Férias “Experimentando Genética”, “Investigando a Vida das Plantas”, “Reprodução de A à Z”, "Virando a Célula do Avesso", "Do amarelão às picadas de cobra: um passeio pelas doenças tropicais" e “A Ciência por trás das Jaulas e Gaiolas” fazem parte do programa “Difundindo e Popularizando a Ciência na UNESP: Interação entre Pós-Graduação e Ensino Básico”, desenvolvido pelo Instituto de Biociências, Faculdade de Medicina e Faculdade de Medicina Veterinária e Zootecnia da UNESP, campus da UNESP de Botucatu.

Tais cursos são ministrados por docentes e alunos de pós-graduação e graduação e são direcionados a estudantes do ensino médio público, com o objetivo de difundir e popularizar temas diversos de Ciências e Biologia, por meio de atividades dinâmicas e inovadoras. Desta forma, é possível encurtar as distâncias entre o conhecimento produzido nos centros de pesquisa e a realidade das escolas de ensino básico e, conseqüentemente, da população em geral. Adicionalmente, as atividades desenvolvidas servem como auxílio à impleme ntação de políticas nacionais para a área de educação básica, incluindo a missão institucional da **CAPES** de aplicar a experiência adquirida na pós-graduação para melhorar a qualidade do ensino básico do país.

topo ↕

CENÁRIO MT - TEMPO REAL

Escolas do SENAI se destacam entre os países em desenvolvimento, avalia especialista

Principal responsável pela formação técnica e profissional de jovens e trabalhadores brasileiros para vários setores da indústria, o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI), está com a atual estrutura ameaçada.

O governo federal tem sinalizado, desde o período de transição, no ano passado, executar cortes de 30% a 50% nas verbas repassadas a instituições do sistema S, do qual faz parte o SENAI. Para especialistas, a decisão pode provocar graves conseqüências para a educação técnica e, até mesmo, para serviços de saúde prestados à população brasileira.

Ao todo, no Brasil, o SENAI mantém 541 escolas de todos os estados e no Distrito Federal, que registraram mais de 2,3 milhões de matrículas, em 2017. A instituição, calcula, porém, que casos os cortes sejam realizados, 162 escolas terão de fechar as portas.

“Além de acabar com empregos de educadores, técnicos, especialistas e pesquisadores, se forem feitos, os cortes prejudicarão a educação, pesarão sobre a saúde e afetarão a economia do país como um todo”, explica o diretor-geral do SENAI e também diretor-superintendente do SESI, Rafael Lucchesi.

A avaliação de Lucchesi é corroborada por especialistas em educação como, por exemplo, o ex-diretor geral da **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES)**, Cláudio de Moura e Castro. O especialista conta que o sistema educacional aplicado pelo SENAI pode ser comparado aos aplicados nos países mais desenvolvidos do mundo.

“Por quase 15 anos trabalhei na Organização Internacional do Trabalho (OIT), no Banco Mundial e o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID). Me coube, nesse momento, visitar muitas escolas profissionais, dezenas. Algumas em países avançados, mas a maioria nos países, ditos, em desenvolvimento. Mas uma coisa me chamou a atenção. Eu não vi nenhuma escola em países em desenvolvimento que chegasse próxima das escolas do SENAI. Pelo contrário, essas escolas (SENAI) estão praticamente no mesmo nível daquelas escolas que a gente admira nos países avançados”, analisa.

□ Companheiro diz a polícia onde deixou partes do corpo de sua ex-mulher
Atualmente, cerca de 70% dos cursos do SENAI são oferecidos de forma gratuita. De acordo com Rafael Lucchesi, os possíveis cortes nos recursos tornarão inviável a oferta de ensino em todos os estados do país, com consequências mais graves, sobretudo, nas regiões Norte e parte do Nordeste.

Mas, a chamada “facada no sistema S”, prometida pelo ministro da Economia, Paulo Guedes, terá efeito não apenas no SENAI, mas em instituições como Senac, Sebrae e SESI, entre outros.

O Serviço Social da Indústria (SESI), por exemplo, também tem uma rede de escolas de que beneficia 1,2 milhão de jovens com educação básica, principalmente de famílias de trabalhadores da indústria. Além disso, oferece prestação de serviços de saúde que inclui desde a oferta gratuita de vacinas e exames de mamografia para trabalhadoras. Um corte nos recursos deste sistema pode acarretar na falta de atendimento para 1,2 milhão de pessoas, que teriam que buscar os serviços na rede pública ou custeá-los na rede particular, segundo informações do próprio SESI.

topo 

DIÁRIO DO PODER - NOTÍCIAS

Pesquisa com achados inéditos sobre praga dos coqueirais é publicada na Scientific Reports

Realizada entre os anos de 2012 e 2016, a pesquisa conseguiu identificar e sintetizar em laboratório, pela primeira vez, a molécula que atua como feromônio de agregação do besouro *Homalinotus depressus*

Uma pesquisa da UFPR com achados inéditos sobre a principal praga que atinge a cultura dos coqueirais é tema de um artigo publicado nesta segunda-feira (28) na versão on-line da Scientific Reports, prestigiada revista científica internacional do grupo Nature Research. O artigo – intitulado Isophorone derivatives as a new structural motif of aggregation pheromones in Curculionidae – é assinado por pesquisadores do Programa de Pós-Graduação em Química, cuja excelência é reconhecida

pela **Capes** com nota máxima.

O artigo é baseado na tese de doutorado defendida pelo pesquisador Diogo Montes Vidal. Além dele, assinam o texto Marcos Antonio Barbosa Moreira, Miryan Denise Araujo Coracini e o professor Paulo Henrique Gorgatti Zarbin, orientador do trabalho.

Realizada entre os anos de 2012 e 2016, a pesquisa conseguiu identificar e sintetizar em laboratório, pela primeira vez, a molécula que atua como feromônio de agregação do besouro *Homalinotus depressus*, considerado a praga mais frequente em coqueirais e causa de perdas financeiras na cultura, que no Brasil se concentra principalmente na região Norte.

Os feromônios são compostos químicos que, liberados no ar, servem como sinal de comunicação entre os animais, para fins de defesa, localização, atração sexual e agregação. No caso do coco, o besouro *Homalinotus depressus* (cuja infestação em coqueirais foi identificada pela primeira vez em 2008) aloja-se numa região conhecida como “axila” da fruta e suas larvas constroem galerias que interrompem o fluxo da seiva, causando a queda de flores e frutos.

Também são registrados ataques de insetos adultos em diferentes estágios do coqueiro. Por se alojar no interior da planta, essa praga não pode ser controlada com inseticidas convencionais.

Contribuição para outras pesquisas

Partindo da hipótese de que o uso dos feromônios para o controle da praga é promissor, os pesquisadores da UFPR trabalharam para identificar o feromônio do inseto macho responsável por atrair os besouros para as áreas de cultivo de coco.

Uma vez identificado o composto, ele foi sintetizado em laboratório e colocado em septos de borracha acoplados a armadilhas e instalados no alto de coqueiros. O produto natural sintético é liberado de forma controlada e tem seu efeito potencializado pelos compostos voláteis da própria planta.

O orientador do estudo, professor Paulo Zarbin, explica que vários grupos de pesquisa vêm trabalhando na identificação e síntese de feromônios de insetos da família Curculionidae (à qual pertence o *Homalinotus depressus*), mas até agora não havia estudos para nenhuma espécie do gênero *Homalinotus*.

“O nosso trabalho de identificação da estrutura química da molécula desse feromônio poderá contribuir para estudos relacionados a outros insetos da mesma família, que também causam prejuízos econômicos a diversas culturas”, afirma Zarbin.

Captura massiva

Segundo ele, a aplicação do resultado da pesquisa em campo está no primeiro estágio, no qual as armadilhas instaladas permitirão determinar a incidência da praga em cada área.

Num segundo estágio, com base nos dados recolhidos será desenvolvido um sistema de

captura massiva de insetos, espalhando um número maior de armadilhas, conforme a necessidade de cada área.

“Além de resolver um problema do qual os inseticidas convencionais não dão conta, o composto sintético desenvolvido na UFPR tem a vantagem de não criar resistência nos insetos, uma vez que é natural. Ele não dizima a praga, como fazem os agrotóxicos. A ideia é reduzir a população de insetos a um nível abaixo do ponto crítico para ser considerada uma praga”, afirma Zarbin.

Cultura do coco

O Brasil é o quarto maior produtor mundial de coco, atrás de Indonésia, Filipinas e Índia. De acordo com dados apresentados na tese de Diogo Vidal, o País produz em torno de 2,8 milhões de toneladas por ano, o que corresponde a 4% da produção mundial.

Os coqueirais brasileiros se estendem por uma área de aproximadamente 300mil hectares, desde o Pará até o Rio de Janeiro.

É uma cultura com “importância econômica e social, pois deste fruto obtém-se diversos produtos, como água e leite de coco, madeira, fibras, combustível, ração animal, óleos e outros derivados para o processamento agroindustrial”, afirma Vidal no texto. “Além disso, o cultivo pode ser consorciado com outras espécies vegetais anuais como a mandioca (*Manihot esculenta*) ou perenes como o cupuaçuzeiro (*Theobroma grandiflorum*), propiciando uma fonte de renda extra, principalmente, para o pequeno produtor.

De acordo com ele, “insetos-praga estão entre os principais fatores responsáveis pelos baixos índices de rendimento dos coqueirais brasileiros por provocarem prejuízos severos às plantas”. Além do Brasil, há registro de ocorrência de *Homalinotus* nas Antilhas, Colômbia, Guiana Francesa, Guiana e Suriname.

[topo](#)

JORNAL DO SUDESTE - TEMPO REAL

Escolas do SENAI se destacam entre os países em desenvolvimento, avalia especialista

Principal responsável pela formação técnica e profissional de jovens e trabalhadores brasileiros para vários setores da indústria, o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI), está com a atual estrutura ameaçada.

O governo federal tem sinalizado, desde o período de transição, no ano passado, executar cortes de 30% a 50% nas verbas repassadas a instituições do sistema S, do qual faz parte o SENAI. Para especialistas, a decisão pode provocar graves consequências para a educação técnica e, até mesmo, para serviços de saúde prestados à população brasileira.

Ao todo, no Brasil, o SENAI mantém 541 escolas de todos os estados e no Distrito Federal, que registraram mais de 2,3 milhões de matrículas, em 2017. A instituição, calcula, porém, que casos os cortes sejam realizados, 162 escolas terão de fechar as portas.

“Além de acabar com empregos de educadores, técnicos, especialistas e pesquisadores, se forem feitos, os cortes prejudicarão a educação, pesarão sobre a saúde e afetarão a economia do país como um todo”, explica o diretor-geral do SENAI e também diretor-superintendente do SESI, Rafael Lucchesi.

A avaliação de Lucchesi é corroborada por especialistas em educação como, por exemplo, o ex-diretor geral da **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES)**, Cláudio de Moura e Castro. O especialista conta que o sistema educacional aplicado pelo SENAI pode ser comparado aos aplicados nos países mais desenvolvidos do mundo.

“Por quase 15 anos trabalhei na Organização Internacional do Trabalho (OIT), no Banco Mundial e o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID). Me coube, nesse momento, visitar muitas escolas profissionais, dezenas. Algumas em países avançados, mas a maioria nos países, ditos, em desenvolvimento. Mas uma coisa me chamou a atenção. Eu não vi nenhuma escola em países em desenvolvimento que chegasse próxima das escolas do SENAI. Pelo contrário, essas escolas (SENAI) estão praticamente no mesmo nível daquelas escolas que a gente admira nos países avançados”, analisa.

Atualmente, cerca de 70% dos cursos do SENAI são oferecidos de forma gratuita. De acordo com Rafael Lucchesi, os possíveis cortes nos recursos tornarão inviável a oferta de ensino em todos os estados do país, com consequências mais graves, sobretudo, nas regiões Norte e parte do Nordeste.

Mas, a chamada “facada no sistema S”, prometida pelo ministro da Economia, Paulo Guedes, terá efeito não apenas no SENAI, mas em instituições como Senac, Sebrae e SESI, entre outros.

O Serviço Social da Indústria (SESI), por exemplo, também tem uma rede de escolas de que beneficia 1,2 milhão de jovens com educação básica, principalmente de famílias de trabalhadores da indústria. Além disso, oferece prestação de serviços de saúde que inclui desde a oferta gratuita de vacinas e exames de mamografia para trabalhadoras. Um corte nos recursos deste sistema pode acarretar na falta de atendimento para 1,2 milhão de pessoas, que teriam que buscar os serviços na rede pública ou custeá-los na rede particular, segundo informações do próprio SESI.

topo 

SEGS - PORTAL NACIONAL - TEMPO REAL

Abertas as inscrições para seleção do Mestrado Profissional em Engenharia de Software

Até o dia 21 de março, a CESAR School, escola de inovação do CESAR, recebe inscrições para o Mestrado Profissional Stricto Senso em Engenharia de Software (MPES). Pioneiro no Brasil e o único neste formato em Manaus, o curso - que está em sua primeira turma na cidade - é voltado para profissionais que desejam ampliar, de forma inovadora, sua visão a respeito do Desenvolvimento de Software e de todos os elementos envolvidos: Pessoas, Processos e Infraestrutura. Com 30 vagas ofertadas, todos os matriculados irão conhecer durante o curso as experiências vividas em ambientes reais. O MPES da CESAR School é o melhor mestrado profissional do país na categoria Ciência da Computação, segundo avaliação da **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes)** e já tem mais de 20 turmas

formadas, desde 2007.

O MPES é ministrado por profissionais do CESAR e parceiros externos com experiência de mercado. No programa, os alunos são divididos em times e, com orientação dos professores, criam softwares, protótipos ou provas de conceito para resolver problemas reais do mercado. “Um dos objetivos do aprendizado baseado em problemas reais (Problem Based Learning) é despertar nos alunos a capacidade de entender uma situação específica e pensar em soluções inovadoras sob o ponto de vista tecnológico e de mercado”, afirma Felipe Furtado, coordenador do Mestrado Profissional em Engenharia de Software.

Em sua 1ª turma em Manaus, o curso tem a duração de 24 meses e as aulas serão realizadas quinzenalmente divididas em dois módulos. Cada módulo tem a duração de um dia e meio em formatos alternados nas sextas-feiras, sábado e domingo. As aulas acontecerão no CESAR, localizado no bairro de Adrianópolis.

Para ingressar no MPES é necessário que o profissional tenha uma graduação em sintonia com a área de ensino, Tecnologia da Informação e Comunicação, e afins como Engenharia, Matemática e Estatística. Profissionais de outras áreas, desde que tenham experiência em desenvolvimento de software, também estão aptos a participar do curso

Serviço:

Mestrado Profissional em Engenharia de Software

Inscrições até 21 março

Aulas: a partir de 12 de abril

[topo](#)

TUDO OK - TEMPO REAL

Automação e robótica ajudam pessoas com deficiência motora

O movimento é essencial para os seres vivos. Alguns de nós, com restrições motoras, enfrentam dificuldades na execução de atividades corriqueiras, como levantar da cama, por exemplo. Pessoas com paraplegia precisam de estímulos para as partes do corpo que não conseguem mover.

Desenvolver tecnologias não invasivas para pessoas com deficiência motora é o foco de pesquisadores de engenharia elétrica e mecânica da Universidade de Brasília (UnB).

No Laboratório de Automação e Robótica (Lara), os pesquisadores desenvolvem órteses, próteses, robôs que auxiliam em cirurgias e braços robóticos que interagem com as pessoas, entre outras tecnologias.

Antônio Padilha, coordenador do Lara, conta que o apoio da **CAPES** foi fundamental em diversos projetos, como o da criação de uma bicicleta adaptada que estimula a movimentação das pernas em paraplégicos. “Fazer um exercício em que o músculo não se mexe a dois, três, oito anos, pode ter um impacto muito grande na saúde. Isso se reflete no ganho de musculatura, densidade óssea; além disso, tem uma série de benefícios sistêmicos, do ponto de vista cardiovascular, do metabolismo. Então, isso pode ter um impacto muito grande na vida das pessoas”.

Os integrantes do laboratório fazem parcerias com voluntários, pesquisadores de outros cursos, como fisioterapia, educação física, profissionais do Hospital Sara Kubitschek e

da Associação do Centro de Treinamento de Educação Física Especial (CETEFE), entre outros.

topo ↕

AGÊNCIA GLOBO - TEMPO REAL

Governos Dilma e Temer se manifestaram contra ensino domiciliar

Advocacia-geral da União apresentou, nas duas gestões, pareceres contra método

BRASÍLIA — Para embasar a regulamentação do ensino domiciliar, prometida por meio de uma medida provisória (MP) a ser editada nos cem primeiros dias de governo, a equipe do presidente Jair Bolsonaro terá que contrariar argumentos técnicos e jurídicos defendidos pelos seus antecessores. As gestões Dilma e Temer se manifestaram de forma contrária ao homeschooling, prática de prover a educação dos filhos em casa e não em escolas formais.

O Supremo Tribunal Federal (STF) também considerou a prática ilegal, em setembro do ano passado, devido à falta de regulamentação. Na Corte, a Advocacia-Geral da União (AGU) fez uma defesa enfática da inconstitucionalidade da medida. Grace Mendonça, advogada-geral da União do governo Temer, afirmou durante o julgamento que a Constituição "não conferiu aos pais a faculdade de levarem ou não os filhos à escola".

"Nada substitui, por mais que o ambiente familiar seja profícuo e responsável, a experiência vivenciada nos corredores das escolas, nos trabalhos de grupo, nas atividades literárias conjuntas, nas atividades nas quadras de esporte. São aspectos que permitem contato com uma diversidade cultural ímpar, que vai ser determinante para a formação da pessoa", sustentou Grace Mendonça, ao fazer sua exposição.

Um parecer de 2016 assinado pelo então advogado-geral da União Luís Inácio Adams, entregue ao STF, segue o mesmo raciocínio. Segundo o documento, a Constituição, a Lei de Diretrizes e Bases e acordos internacionais assinados pelo Brasil, como a Convenção sobre os Direitos da Criança, impedem a adoção da educação domiciliar no Brasil.

"O ordenamento jurídico brasileiro não autoriza a educação em âmbito exclusivamente domiciliar, sendo obrigatórias a matrícula e a frequência em estabelecimento oficial de ensino. Tal entendimento é o que melhor se harmoniza com as diretrizes constitucionais do direito à educação e do interesse da criança nos termos do art. 227 da Carta da República", aponta o texto.

O Ministério da Educação (MEC), em parecer de 2015, destacou a diferença entre educação familiar e ensino como instrução formalizada. "Para educar seus filhos, os pais não necessitam obter credenciamento ou pedir autorização para a oferta de um programa pedagógico domiciliar. Tais requisitos são necessários ao ensino, instrução formalizada e institucionalizada, a quem a Constituição deferiu ao Estado", registra.

Uma nota técnica da Secretaria de Educação Básica do MEC, também de 2015, apontou a diferença básica entre pais e professores no processo de aprendizagem de crianças e adolescentes e afirmou ser "temerário" querer substituir um pelo outro.

"Os professores mudam por serem muitos, representam a diversidade na vida social e os pais são, por definição, únicos e os mesmos. Além disso, os professores foram formados para o exercício da docência, tendo o ensino por profissão, estando, portanto, mais aptos

a ensinarem. Nessa perspectiva, a família deve educar como família, a escola deve ensinar como escola, ambas as relações são imprescindíveis e será temerário imaginar que se pode substituir uma pela outra", afirma a nota técnica.

Papel do MEC é incerto

A edição de uma medida provisória para regulamentar a educação domiciliar no Brasil entrou na agenda do governo Bolsonaro apenas dois dias antes de ser divulgada como uma das metas dos cem primeiros dias de gestão. Embora o ministro da Educação, Ricardo Vélez Rodríguez, já tivesse sido procurado, ainda em dezembro, pelo movimento que defende esse tipo de ensino, foi a ministra Damares Alves, do Ministério da Mulher, Família e Direitos Humanos, que encampou a ideia. Não há, segundo as informações oficiais, previsão de que o texto passará pelo Ministério da Educação (MEC).

Damares se reuniu no último dia 21 com representantes da Associação Nacional da Educação Domiciliar (Aned), que tem o diretor jurídico, Alexandre Magno Fernandes Moreira, como secretário-adjunto do departamento de Proteção Global da pasta. No dia 23, a Casa Civil publicou a lista de projetos prioritários do governo, que já incluía a futura Medida Provisória.

A ministra da Mulher, Família e Direitos Humanos ligou para Ricardo Vélez, assim que recebeu o pleito da associação, e recebeu o sinal verde do colega de Esplanada para tocar o tema. Ainda não está claro se o MEC vai se abster completamente em relação ao tema. Moreira afirmou ao GLOBO que o texto deve seguir do Ministério da Mulher, Família e Direitos Humanos para a Casa Civil, antes de ser remetido ao Congresso. Ou seja, o MEC não está incluído.

Em nota divulgada pelo Ministério da Mulher, Família e Direitos Humanos nessa terça-feira, Damares Alves disse que a pasta é responsável pela proposta porque "é demanda de família" e "tem que sair do Ministério da Família". "Claro, em parceria e anuência com o Ministério da Educação, mas a iniciativa deste ministério é legítima", destacou Damares, no comunicado.

[topo](#)

G1 - TEMPO REAL

UFPA abre inscrições para mestrado em Engenharia de Barragens e Gestão Ambiental, em Tucuruí

Há dois editais abertos com vagas para servidores da própria UFPA e outro para a demanda aberta

O Pará possui 93 barragens de acordo com o Governo do Estado. Destas, 66 são monitoradas pelo Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM). Após a tragédia de Brumadinho, as barragens paraenses devem passar por fiscalizações nos próximos meses. Engenharia de Barragens e Gestão Ambiental é foco de um programa de pós-graduação específico da Universidade Federal do Pará (UFPA), sediado em Tucuruí, que está com inscrições abertas, até dia 4 de fevereiro, para 20 vagas em seu curso de mestrado.

O objetivo desta pós-graduação é "formar profissionais para atuar na implantação, no desenvolvimento de segurança de barragem e sua respectiva gestão ambiental independente do suporte do empreendimento, considerando tanto os aspectos estruturais de funcionamento, quanto as interações socioeconômicas e os elementos físico-

ambientais envolvidos no processo”.

E, no momento, o programa de pós-graduação possui dois editais abertos. O primeiro oferece 16 vagas para a ampla concorrência e recebe inscrições até o dia 4 de fevereiro. O segundo disponibiliza quatro vagas especificamente para técnicos e docentes da própria UFPA e recebe solicitações de inscrição até o dia 8 de fevereiro.

Para participar da seleção e preciso pagar uma taxa de inscrição de R\$ 100,00, mas a Universidade recebe pedidos de isenção a taxa descritos especificamente em cada edital. Todas as vagas são divididas nas duas concentrações do Programa de Pós-graduação que são “Segurança de Barragens” e “Planejamento e Gestão Ambiental”.

Serviço

Editais do Programa de Pós-graduação em Engenharia de Barragens e Gestão Ambiental. Mais informações aqui.

TRIBUNA DO NORTE - RN - COLUNAS

Educação

Bolsista da **CAPES** está entre os 50 melhores professores do mundo. Docente há 14 anos na rede pública de ensino de SP, nos últimos quatro como professora de Tecnologias, a bolsista da **CAPES**, Débora Garofalo, é finalista do prêmio internacional Global Teacher Prize.

Universidade

O ministro da Educação Ricardo Velez Rodriguez disse ao jornal Valor que a universidade pública vai continuar gratuita. Esse era o grande medo de uma parcela de estudantes e professores que ouviram alguém dizer durante a campanha que a universidade iria cobrar mensalidades dos mais ricos. Não vai. O que o Ministro quer é investir mais em escolas técnicas para ampliar as oportunidades de emprego.

topo 

DIÁRIO DA AMAZÔNIA - RO - GERAL

UNIR anuncia concorrência e total de inscritos

A Fundação Universidade Federal de Rondônia (UNIR) informa, por meio da Comissão Permanente de Processo Seletivo de Discente (CPPSD), que o total de inscrições homologadas (após recursos) no Processo Seletivo Discente 2019 foi de 17.215 candidatos. Eles irão concorrer a 2.780 vagas disponibilizadas nos cursos de graduação da UNIR para este ano. No total, considerando as inscrições homologadas, são 2.536 inscrições a mais que no ano passado.

A demanda (concorrência) por vaga de cada curso dos anos de 2018 e 2019 estão disponíveis nos arquivos abaixo. Conforme verificado em anos anteriores, o curso de Medicina foi o mais concorrido, com 4.838 inscrições para 40 vagas, o que corresponde a uma demanda de 120,95 inscritos por vaga. As outras duas carreiras mais concorridas foram Direito (1.084 inscritos para 50 vagas) e Enfermagem (619 inscritos para 30 vagas), ambos ofertados no campus de Porto Velho, com concorrência de 21,68 e 20,63, respectivamente.

A quantidade de vagas ofertadas pela UNIR também aumentou de 2.665, em 2018, para 2.780, em 2019. A novidade esse ano foi a abertura de novas turmas para o curso de Letras Português na modalidade a distância (EaD), que será ofertado nos Polos da

UNIR em Ariquemes, Buritis, Ji-Paraná, Nova Mamoré e Porto Velho.

Para o coordenador da CPPSD, Sidnei Silva Souza, é importante destacar também que pela primeira vez foi possível replicar um modelo de seleção do ano anterior no processo seletivo seguinte para o cálculo das cotas. “Como não houve alteração na lei de reserva de vagas e, conseqüentemente, nos quantitativos de vagas reservadas, conseguimos replicar o modelo de trabalho anterior no processo seletivo de 2019. Dessa forma os candidatos podem se familiarizar e entender melhor todo esse processo”, explicou.

Neste processo seletivo também foi lançado o “portal de cursos de graduação da UNIR”, que já está disponível no endereço eletrônico www.graduacao.unir.br e reúne informações gerais sobre todos os cursos de graduação ofertados pela instituição nas modalidades presencial e a distância.

topo ↕

DIÁRIO DO NORDESTE - CE - NACIONAL

MP sobre ensino domiciliar pronta

GOVERNO O Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos comunicou, ontem, que redigiu uma primeira versão da medida provisória que irá regulamentar o ensino domiciliar no País. Os detalhes do texto deverão ser divulgados somente quando o documento for finalizado, já que poderá sofrer alterações na Casa Civil e no Congresso Nacional.

topo ↕

MEIO NORTE - PI - EDUCAÇÃO

Educação Física foi o curso mais concorrido na Uespi

Essa é a quarta vez que o curso do compus Poeta Torquato Neto é o mais buscado pelos alunos. Neste ano a concorrência foi de 45,17 candidatos por vaga SISU

A Universidade Estadual do Piauí (UESPI) teve 68.838 inscritos no Sistema de Seleção Unificada (SISU) 2019. A instituição ofereceu este ano 3.805 vagas, sendo 1.116 para cotistas, distribuídas em 101 cursos de modalidade presencial, nos 12 campi, nas cidades: Teresina (Poeta Torquato Neto, Clóvis Moura e CCS), Bom Jesus, Campo Maior, Corrente, Floriano, Oeiras, Parnaíba, Picos, Piripiri, São Raimundo Nonato e Uruçuí.

O curso mais concorrido foi o de Licenciatura Plena em Educação Física, do campus Poeta Torquato Neto, pela quarta vez nos últimos cinco anos. Com um total de 1.581 inscritos, o curso teve uma concorrência de 45,17 candidatos por vaga. O segundo mais concorrido foi o curso de Enfermagem, campus Torquato Neto, com 34,96 candidatos por vaga, seguido do curso de Medicina com concorrência de 34,34.

O Pró-reitor da Pró-reitoria de Ensino e Graduação (PREG), Pedro Soares Júnior, afirma que a UESPI tem respaldo em todo o país. "Nós temos candidatos dos mais variados estados do Brasil e que foram aprovados em nossa instituição. Somente em dois estados, Alagoas e Acre, não tivemos inscritos. Isso mostra que a universidade se nacionalizou e o SISU permitiu isso", finaliza.

Os candidatos aprovados no SISU 2019 devem agora realizar a matrícula institucional, que corresponde à entrega da documentação dos candidatos classificados. A matrícula é feita de forma presencial no campus do curso para o qual foi aprovado, no horário de 8h

às 13h (horário do Piauí). Os candidatos que não comparecerem na data prevista, ou que não apresentarem a documentação exigida, serão considerados desistentes.

Já a matrícula curricular é realizada após a matrícula institucional e corresponde à matrícula nas atividades acadêmicas previstas, via internet ou na coordenação do curso para o qual o candidato pleiteou a vaga. A matrícula deve ser realizada entre os dias 18 e 25 de fevereiro. O candidato receberá um e-mail com seu login para efetivar a matrícula no sistema Aluno On-line.

topo ↕

MEIO NORTE - PI - EDUCAÇÃO

Edital de transferência traz 1.398 vagas

UESPI

A Universidade Estadual do Piauí, através da Pró-reitoria de Ensino e Graduação (PREG), torna público o edital de Transferência Intercampi para o período 2019.1. Estão sendo ofertados 1.398 vagas para 19 cursos. Podem se candidatar os discentes regularmente matriculados em Cursos de Graduação Presencial, que desejem transferência do campus de origem para outro campus da IES.

O período de solicitação de vaga será de 04 a 07 de fevereiro, por meio do preenchimento do formulário de inscrição. Poderão se candidatar as vagas: discentes regularmente matriculados em cursos de graduação da UES-PI; discentes que tenham concluído, no mínimo, o 4º bloco do curso; discentes com o coeficiente de rendimento acadêmico equivalente ou superior a 7,0 (sete).

O candidato convocado deverá efetivar sua Matrícula Curricular no período de 26/02 a 08/03. Para os cursos pertencentes ao campus Poeta Torquato Neto e Clóvis Moura, a matrícula será feita na Divisão de Matrícula e Assuntos Acadêmicos-DMIA, no horário de 8h às 13h. Para os cursos dos demais campi, a matrícula será efetivada no campus de concorrência do candidato, no horário de funcionamento dos respectivos campi.

topo ↕

MEIO NORTE - PI - POLÍTICA

Escolas públicas aprovam cerca de 8 mil alunos em universidades pelo País

Apesar da redução de 2,7 mil vagas no Sisu no Piauí, escolas públicas aprovaram cerca de 8 mil para universidades, de acordo com balanço da Seduc

RESULTADO DO SISU 2019

Apesar da redução de 2,7 mil vagas no Sistema Seleção Unificada (Sisu) e das cotas neste ano, as escolas públicas estaduais do Piauí aprovaram cerca de 8 mil estudantes para universidades e faculdades, informou o superintendente de Ensino Superior da Secretaria Estadual de Saúde (Saúde), Ellen Gera.

As informações sobre o número de estudantes das escolas públicas estaduais do Piauí foram apresentadas, na terça-feira, dia 29, pelo secretário estadual de Educação, Helder Jacobina, para a governadora interina Regina Sousa (PT), no Palácio de Karnak.

Ellen Gera afirmou que como houve a redução das vagas do Sisu no Piauí das 12 mil oferecidas em 2018 para 9,3 mil em 2019, e queda nas cotas na Universidade Estadual do Piauí (Uespi) de 50% para 30% de suas 3.844 vagas, os estudantes das escolas públicas estaduais disputaram e conquistaram vagas em cursos em universidades de Pernambuco, Alagoas, Bahia, Ceará, Maranhão, São Paulo, Rio de Janeiro e Distrito

Federal (DF).

Dados preliminares do primeiro dia de consulta aos resultados apontam que mais de três mil alunos da rede estadual conquistaram uma vaga no ensino superior. Os alunos da rede estadual lograram êxito nos mais diversos cursos das universidades públicas, sobretudo nos mais concorridos, como Medicina, onde 39 alunos foram aprovados; Bacharelado em Direito, com 51 aprovações; e Engenharia, onde 161 estudantes conquistaram a aprovação.

Ellen Gera disse que esses dados são do primeiro dia, não mostravam os resultados do segundo dia e do Proni, programa do Governo Federal que oferece para os alunos da rede pública de ensino bolsa integral para estudantes de renda per capita (de suas famílias) de até 1,5 salário mínimo e bolsa parcial para os de renda per capita (de suas famílias de até três salários mínimos).

Ellen Gera informou que neste ano a grande novidade é que alunos das escolas públicas estaduais do Piauí foram aprovados, em número significativo, para cursos de concorrência mais acirrada como Medicina, Direito, Engenharia Civil, Computação e Processamento de Dados e Biomedicina. "A educação sempre foi e continuará sendo uma prioridade para o Governo do Estado. O bom desempenho dos alunos é uma motivação a mais para que o trabalho continue e seja ampliado para que os resultados sejam cada vez melhores", afirmou Regina.

"Esses são dados preliminares e devem subir consideravelmente. A nossa equipe ainda está compilando as informações e aguardamos outros resultados, como Proni e Fies. Ainda teremos muito mais aprovações," avalia Ellen Gera, superintendente de Ensino Superior da Seduc.

topo ↕

A UNIÃO - PB - NACIONAL

Paraibanos conquistam etapa regional do Prêmio Professores do Brasil Os nomes dos vencedores das cinco regiões do país foram conhecidos nessa segunda-feira, 15, Dia do Professor

Os trabalhos de dois educadores do estado da Paraíba foram vencedores da etapa regional Nordeste da 11ª edição do Prêmio Professores do Brasil (PPB), nas temáticas especiais. De Bayeux, o projeto Construção de um sistema de filtração, decantação e destilação de efluentes do Lava Jato, do professor Jeimes Ferreira Campos, da Escola Técnica Estadual Erenice Cavalcante Fideles, venceu na categoria Ensino Médio. Do município de Olho d'Água, o projeto Filme na sala de aula: aprendizado para a vida, da professora Maria Lúcia Oliveira, da Escola Estadual de Ensino Fundamental Cônego Manoel Otaviano, venceu na categoria Ensino Fundamental: Anos Iniciais: 4º e 5º Anos.

Também foram divulgados os nomes dos ganhadores da temática especial. Em São Paulo, a professora Debora Denise Dias Garófalo, da Escola Municipal de Ensino Fundamental Alm. Ary Parreiras, venceu na categoria Ensino Fundamental: Anos Finais: 6º a 9º Anos, com o projeto Robótica com sucata, promovendo a Sustentabilidade.

Os nomes dos 30 vencedores das cinco regiões do país e dos 20 professores ganhadores das temáticas especiais foram conhecidos nesta segunda-feira, 15, Dia do Professor. Os

resultados estão disponíveis somente na internet, na página oficial do prêmio.

No total, 4.040 professores da educação básica da rede pública de todo o país se inscreveram no PPB. O prêmio distingue e recompensa o trabalho de docentes que contribuem para a melhoria dos processos de ensino e aprendizagem desenvolvidos nas salas de aula. Os seis vencedores nacionais serão conhecidos em 29 de novembro, no Rio de Janeiro, de acordo com as seis categorias da etapa regional: Educação infantil/creche, Educação infantil/pré-escola, Anos iniciais do ensino fundamental/1º, 2º e 3º anos, Anos iniciais do ensino fundamental/4º e 5º anos, Anos finais do ensino fundamental/6º ao 9º ano e Ensino médio.

Já na categoria Temática Especial, 20 professores foram premiados com trabalhos inscritos em uma das cinco temáticas - O esporte como estratégia de aprendizagem, Uso de tecnologias de informação e comunicação no processo de inovação educacional, Boas práticas no uso de linguagens de mídia para as diferentes áreas do conhecimento no ensino fundamental e médio, Práticas inovadoras de educação científica e Educação empreendedora.

A premiação referente às temáticas especiais inclui R\$ 5 mil para os educadores vencedores ou as escolas, viagens e participação na programação da TV Escola. Treze estados, além do Distrito Federal, estão representados nessa categoria: Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Minas Gerais, Piauí, Bahia, São Paulo, Pernambuco, Paraíba, Ceará, Tocantins, Pará, Rio de Janeiro e Rondônia.

Prêmio

Iniciativa do Ministério da Educação com instituições parceiras, o PPB tem por objetivo estimular a participação dos professores como sujeitos ativos na implementação do Plano Nacional de Educação e da Base Nacional Comum Curricular (BNCC). A premiação dá visibilidade às boas experiências pedagógicas conduzidas pelos docentes, além de oferecer uma reflexão sobre a prática pedagógica e orientar a sistematização de experiências educacionais.

Para participar, os professores enviaram um relato da prática pedagógica desenvolvida com seus alunos. Nesta edição, foram distribuídos R\$ 305 mil aos vencedores, bem como viagens educativas pelo Brasil e pelo exterior, além de placas para as escolas dos candidatos que tiverem experiências selecionadas.

Etapas

O PPB é dividido em três etapas: estadual, regional e nacional. Na estadual, os três primeiros colocados em cada categoria receberão certificados que ficarão disponíveis no próprio sistema de inscrição, cabendo ao vencedor um troféu. Na regional, são R\$ 7 mil, mais troféu e viagem oferecida pela **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes)**, autarquia vinculada ao MEC. Na categoria nacional, são mais R\$ 5 mil e troféu.

Além de premiar trabalhos que contribuíram de forma relevante para a qualidade da Educação Básica no Brasil, o PPB valoriza o papel dos profissionais que atuam diretamente na formação das novas gerações, dando maior visibilidade às experiências pedagógicas consideradas exitosas e que podem ser adotadas por outros professores e

oferecendo uma reflexão sobre a prática pedagógica e a sistematização de experiências educacionais.

topo ↕

O PROGRESSO - MA - TEMPO REAL

Ensino a Distância da UFMA chega a mais de 20 municípios maranhenses

SÃO LUÍS – A Universidade Federal do Maranhão (UFMA) deu mais um passo importante para melhoria da educação básica no estado. É que este ano está previsto o preenchimento de 1.580 vagas para os cursos de graduação e pós-graduação, que serão ofertados pelo Núcleo de Educação a Distância (NEaD-UFMA), marcando, assim, presença em 24 municípios, como polos presenciais. Isto equivale a um aumento de 60% no número de polos, com relação ao ano de 2017. Cururupu, Alto Parnaíba, Paraibano, Penalva, Santa Quitéria e Urbano Santos são as mais novas cidades a serem contempladas.

Outra conquista é que o polo associado de São Luís, antes gerenciado pela Prefeitura, hoje, está sob a tutela da própria universidade e é coordenado pela professora Conceição Belfort, do departamento de Turismo e Hotelaria. A estrutura está localizada na cidade universitária Dom Delgado, no NEaD, e conta com quase 500 estudantes, matriculados nos cursos de Física, Letras, Computação e Matemática.

Embora tenha ocorrido uma redução na oferta de vagas, a universidade conseguiu se manter estável nos últimos anos, é o que explica Nélio Guilhon, diretor do NEaD-UFMA. “Temos trabalhado para que o slogan da universidade: Consolidar avanços e vencer desafios, se torne cada vez mais uma realidade, mesmo nesse período de crise, o núcleo, embora tenha diminuído o ingresso de estudantes, conseguiu manter a estabilidade, participando dos editais da **Capes** e demonstrando que a universidade tem interesse e competência para executar esses cursos, aumentando, inclusive, o alcance da UFMA”, avaliou.

Ao todo, serão 980 vagas para graduação em Administração (200), Computação (180), Letras-Português (200), Matemática (200) e Pedagogia (200), e 600 vagas para pós-graduação em Gestão em Saúde (150) e Gestão Pública Municipal (150), além de dois cursos novos, Ciências é 10! e Ensino da Matemática, ambos também com 150 vagas.

“A expectativa é contribuir com a diminuição da desigualdade, pois essas pessoas serão oportunizadas com o acesso ao ensino superior e também contribuir com o aumento do IDH, bem como o fortalecimento dos professores, uma vez que serão reservadas 300 vagas para professores da rede pública municipal, em pelo menos seis cidades”, declarou Guilhon.

Os editais para preenchimento das vagas estão em trâmite e têm previsão de lançamento ainda para o primeiro trimestre de 2019, no

“<http://portais.ufma.br/PortalUnidade/nead/>”

_blanksite do NEAD. Já o início do processo seletivo está previsto para o final de março e as aulas para o segundo semestre de 2019. (Assessoria)

topo ↕

O VALE - SP - TEMPO REAL

Professor e pesquisador do ITA assume o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico

Trata-se do terceiro nome ligado a São José dos Campos a assumir um cargo no governo federal, como o ex-reitor do ITA e também o ex-diretor da Fatec da cidade

O professor do ITA (Instituto Tecnológico de Aeronáutica) João Luiz Filgueiras de Azevedo foi nomeado presidente do CNPq (Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico). Atualmente, ele é pesquisador em Engenharia Mecânica na instituição sediada em São José dos Campos.

É o terceiro nome ligado à cidade que assume um posto no governo do presidente Jair Bolsonaro (PSL).

Antes de Filgueiras, o ex-diretor da Fatec de São José dos Campos, Luiz Antonio Tozi, foi nomeado secretário-executivo do Ministério da Educação.

O reitor do ITA, **Anderson Ribeiro Correia**, assumiu a presidência da Capes (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior).

Filgueiras e Correia têm a mesma origem acadêmica do ministro de Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, Marcos Pontes, um dos primeiros a ser anunciado na equipe de Bolsonaro.

Azevedo é pesquisador titular do IAE (Instituto de Aeronáutica e Espaço), do DCTA (Departamento de Ciência e Tecnologia Aeroespacial), em São José. Ele formou-se no ITA em 1981, em Engenharia Aeronáutica. Também tem mestrado e doutorado na Universidade Stanford, dos Estados Unidos.

Ele ainda foi diretor de Transporte Espacial e Licenciamento da AEB (Agência Espacial Brasileira), de 2004 a 2008, e vice-diretor técnico da Empresa Binacional Alcantara Cyclone Space, de 2008 a 2009.

Filgueiras foi um dos nomes da lista tríplice para reitor do ITA, ao lado dos professores Ricardo Galvão e **Anderson Ribeiro Correia**, que acabou sendo escolhido para o cargo.

DIFICULDADES.

À frente do CNPq, que é a principal agência de fomento à pesquisa científica no país, Filgueiras vai encontrar dificuldades financeiras.

No ano passado, o então presidente, Mario Neto Borges, divulgou uma carta criticando os cortes no orçamento da instituição. "A ciência brasileira está em risco", disse ele.

"Se, em 2018, o CNPq pôde contar com recursos da ordem de R\$ 1,2 bilhão, em 2019 a previsão de R\$ 800 milhões poderá limitar ações diversas como o lançamento de editais de pesquisa, contratações de novos projetos e outras iniciativas. Uma perda da ordem de R\$ 400 milhões", completou Borges, exonerado do cargo em 15 de janeiro..

topo ↕

G1 - TEMPO REAL

Governo anuncia pagamento de parte dos salários atrasados dos servidores da Educação de Goiás

Receberão aqueles que ganham até R\$ 2,7 mil líquido. O dinheiro virá do tesouro direto e do Fundeb.

O governo anunciou na terça-feira (29) que os servidores da Educação que ganham até R\$ 2,7 mil líquido vão receber o salário atrasado de dezembro em 1º de fevereiro. O dinheiro virá do tesouro direto e do fundo para a educação.

Ao todo, 16,4 mil servidores vão receber o pagamento nos próximos dias. Eles correspondem a 33% da folha salarial que deixou de ser paga em dezembro. A secretária de Educação, Cultura e Esporte disse que o total do pagamento é de cerca de R\$ 31 milhões.

A maior parte desse montante será do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb). Os demais funcionários da pasta vão ser pagos de acordo com a entrada de dinheiro em caixa.

"Na próxima semana está previsto a entrada de uma nova parcela de dinheiro na conta da secretaria. Quando isso acontecer, vou fazer um novo pedido a Assembleia Legislativa para que seja autorizado o pagamento de mais uma parte da categoria", disse a secretária Fátima Gavioli.

Em uma coletiva de imprensa na segunda-feira (28), Ronaldo Caiado (DEM) disse que também vai equiparar os salários dos professores temporários com o dos efetivos, vai pagar o piso nacional, no valor de R\$ 2,4 mil e retomar o auxílio-alimentação. Além disso, informou que vai convocar os aprovados no último concurso da educação.